

Relatórios de Campo das Terras Indígenas



VOLUME 1 - TOMO V



SÉRIE MEMÓRIAS DO
PROGRAMA NACIONAL DE
SANEAMENTO RURAL

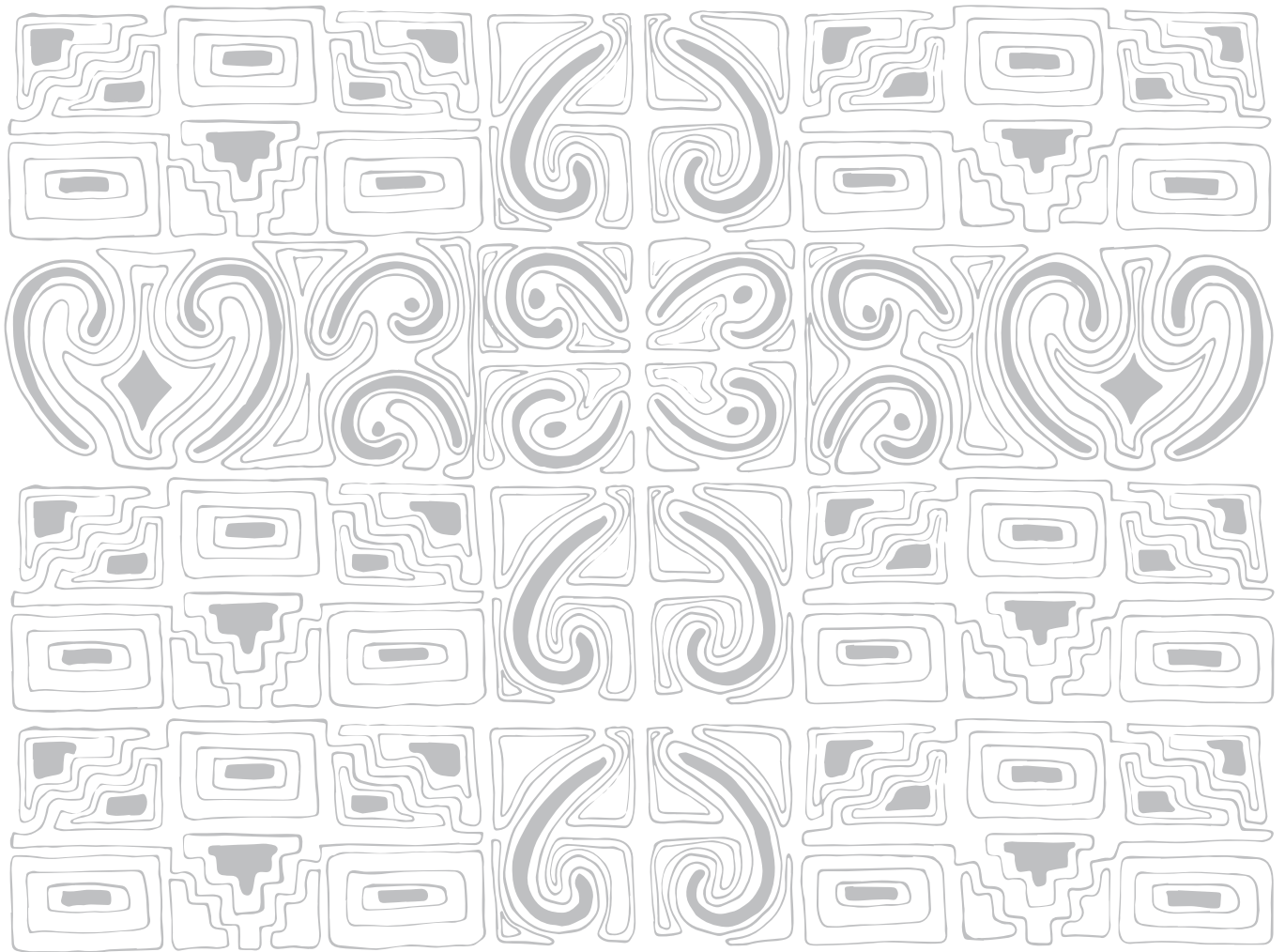


FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROGRAMA NACIONAL
DE SANEAMENTO RURAL

PNSR

Relatórios de Campo das Terras Indígenas



VOLUME 1 - TOMO V

SÉRIE MEMÓRIAS DO
PROGRAMA NACIONAL DE
SANEAMENTO RURAL



Brasília - DF/2021

2021. Fundação Nacional de Saúde.



Essa obra é disponibilizada nos termos da Licença *Creative Commons* – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <<http://www.saude.gov.br/bvs>>; e na Biblioteca eletrônica da Fundação Nacional de Saúde: <<http://www.funasa.gov.br/site/publicacoes/>>

Tiragem: 1ª edição – 2021 – versão eletrônica

ELABORAÇÃO:

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (Desa),
como resultado do Termo de Execução Descentralizada nº
01/2015 entre Funasa e UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Escola de Engenharia,
Bloco 1 - 4º andar – Pampulha
Belo Horizonte/MG CEP: 31270-010
Telefone: (31) 3409 1880 | Fax: (31) 3409 1879
Home page: <http://www.desa.ufmg.br/>

ORGANIZAÇÃO E AUTORIA DOS TEXTOS:

Bruno Guerra de Moura von Sperling
Jéssica Ayra Alves Silva
Lina Maria Correa Mendes
Rafaela Dias Lopes
Bruno Guerra de Moura von Sperling
Jéssica Ayra Alves Silva
Oscar Torreta

DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES:

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp,
Coordenação da Gestão do Programa Saneamento Brasil
Rural (Copsr)
Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 04
Bloco N - 6º andar - Ala Norte
Brasília/DF CEP: 70.070-040
Telefone: (61) 3314-6328/6457/6530/6626
Home page: <http://www.funasa.gov.br>

EDITOR:

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Coordenação de Comunicação Social e
Cerimonial (Coesc)
Divisão de Comunicação Visual e Mídias Digitais
(Dicov)
Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 04
Bloco N - 7º andar - Ala Sul
Brasília/DF CEP: 70.070-040
Telefone: (61) 3314-6440

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Fundação Nacional de Saúde.

Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: relatórios de campo das terras indígenas / Fundação Nacional de Saúde. – 1. ed. – Brasília : Funasa, 2021.

77 p. : il. (Série Memórias do Programa Nacional de Saneamento Rural ; v. 1 ; t. 5)

ISBN 978-65-5603-026-5

1. Saneamento Básico. 2. Saúde Ambiental. 3. Saneamento Rural. I. Título. II. Série.

CDU 628

Catálogo na fonte – Divisão de Museu e Biblioteca – Funasa

Títulos para indexação:

Em inglês: *National Rural Sanitation Program: Field Reports of Indigenous Lands.*

Em espanhol: *Programa Nacional de Saneamiento Rural: Informes de Campo de Tierras Indígenas.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPEAMENTO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E NÚMERO DE BANHEIROS.....	7
FIGURA 2 - CRESCIMENTO DE BRACUÍ DE 1996 A 2016	10
FIGURA 3 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TEKÓÁ SAPUKAI	14
FIGURA 4 – PONTOS DE CAPTAÇÃO SISTEMA CACIQUE, PUPUNHA E ALDO, RESPECTIVAMENTE	15
FIGURA 5 – FILTROS LENTOS DO SISTEMA CACIQUE	15
FIGURA 6 – PONTO DE ÁGUA EXTERNO AO DOMICÍLIO.....	16
FIGURA 7 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TEKÓÁ SAPUKAI.....	17
FIGURA 8 – BANHEIROS EM FUNCIONAMENTO NA TEKÓÁ SAPUKAI	19
FIGURA 9 – BANHEIRO DE MADEIRA.....	20
FIGURA 10 – QUANTIDADE DE PESSOAS POR BANHEIRO	21
FIGURA 11 – BANHEIRO DE FIBRA.....	21
FIGURA 12 – PESSOAS <i>VERSUS</i> SOLUÇÕES SANITÁRIAS	22
FIGURA 13 – PONTO DE COLETA NA ESTRADA	24
FIGURA 14 – DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NO QUINTAL	25
FIGURA 15 – EMPOÇAMENTO DAS ESTRADAS	26
FIGURA 16 – INSTALAÇÃO DE REDE PARA A DRENAGEM PLUVIAL	26
FIGURA 17 – LOCALIZAÇÃO DA TI ENAWENÊ-NAWÊ	29
FIGURA 18 – CROQUIS DE HALATAIKWA	30
FIGURA 19 - ORGANIZAÇÃO DO DSEI E MODELO ASSISTENCIAL	36
FIGURA 20 – CASA QUE A EMSI RESIDE DURANTE A ESCALDA NA ALDEIA, RESPECTIVAMENTE QUARTO FEMININO, COZINHA E BANHEIROS	43
FIGURA 21 – RESÍDUOS DA VARRIÇÃO DENTRO DAS MALOCAS, EM SEGUIDA SERÃO COLOCADOS NA BACIA AO LADO NA ESQUERDA.....	46
FIGURA 22 – AISAN COLETANDO OS RESÍDUOS DO TAMBOR.....	46
FIGURA 23 – REJEITO DA MANDIOCA E MILHO AO ENTORNO DA ALDEIA	47
FIGURA 24 – MENINAS VOLTANDO DO BANHO UTILIZANDO EMBALAGENS DE PLÁSTICO PRESAS AO CINTO FEMININO..	48
FIGURA 25 – FOTO DE FEZES DESCOBERTA NO ENTORNO DA ALDEIA	49
FIGURA 26 – REUNIÃO COM OS NOVES CHEFES CLÂNICOS NO PÁTIO DA ALDEIA	51
FIGURA 27 – DESENHOS DAS SUGESTÕES DE ESTRUTURAS SANITÁRIAS SEMELHANTES A VESTIÁRIOS.....	52
FIGURA 28 – MULHER ENAWENÊ BANHANDO NA TORNEIRA INSTALADA NOS FUNDOS DA MALOCA.....	55
FIGURA 29 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	56
FIGURA 30 – DISTÂNCIA E DESLOCAMENTOS DAS MULHERES EM RELAÇÃO AOS CURSOS D’ÁGUA	57
FIGURA 31 – MULHERES TRANSPORTANDO ÁGUA COM GALÕES NA CABEÇA	57
FIGURA 32 – ESCOAMENTO DE ÁGUA DO CHUVEIRO E TORNEIRA	58
FIGURA 33 – MULHER ENAWENÊ CARREGANDO BACIA COM ROUPAS LAVADAS NO FUNDO DA CASA	59
FIGURA 34 – RESERVATÓRIO DE ÁGUA ELEVADO SEM LOCAL DE APOIO	59
FIGURA 35 – AISAN REALIZANDO O COBRIMENTO DO CANO DE ABASTECIMENTO EXPOSTO.	61
FIGURA 36 – EROSÕES NA ENTRADA DA ALDEIA	62
FIGURA 37 – RITUAL DO YĂNKWA	64
FIGURA 38 – ESQUEMA CONCEITUAL DOS COMPONENTES DO SANEAMENTO	68



LISTA DE SIGLAS

ACIBRA	- Associação Comunitária Indígena Bracuí
AIS	- Agente Indígena de Saúde
AISAN	- Agente Indígena de Saneamento
ASB	- Agente Indígena de Saúde Bucal
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
DSEI	- Distrito Sanitário Especial Indígena
EMSI	- Equipe Multidisciplinar de Saúde
EN	- Enawenê-Nawê
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
Funasa	- Fundação Nacional de Saúde
GT	- Grounded Theory
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MI	- Missão Anchieta
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONGs	- Organização Não Governamental
OPAN	- Operação Amazônia Nativa
PCH's	- Pequenas Centrais Hidrelétricas
PGATI	- Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
PLANSAB	- Plano Nacional de Saneamento Básico
PNASI	- Plano Nacional de Atenção à Saúde Indígena
PNSR	- Programa Nacional de Saneamento Rural
SAAE	- Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SASISUS	- Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS
SESAI	- Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio
SUS	- Sistema único de Saúde
TI	- Terra Indígena
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UHE's	- Usinas Hidrelétricas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. TERRA INDÍGENA GUARANI DE BRACUÍ	6
1.1 INTRODUÇÃO	6
1.2 Análise das informações	8
1.3 Construção do Filme	8
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	9
1.5 ENTIDADES QUE ATUAM NO SANEAMENTO NA TEKOÁ SAPUKAI	11
1.5.1 Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai)	11
1.5.2 Fundação Nacional da Saúde (Funasa)	12
1.5.3 Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)	12
1.5.4 Profissionais do sistema de saúde do município	12
1.5.5 Vigilância Ambiental	12
1.5.6 Conselho Local de Saúde Indígena.....	13
1.5.7 Associação Comunitária Indígena Bracuí (ACIBRA).....	13
1.6 O SANEAMENTO BÁSICO.....	13
1.6.1 Contexto histórico.....	13
1.6.2 Abastecimento de água	14
1.6.3 Esgotamento sanitário	18
1.6.4 Manejo de resíduos sólidos	23
1.6.5 Manejo de águas pluviais.....	25
1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
1.8 REFERÊNCIAS.....	28
2. TERRA INDÍGENA ENAWENÊ-NAWÊ.....	29
2.1 INTRODUÇÃO	29
2.2 HISTÓRICO DOS CONFLITOS E PROCESSOS DE MUDANÇA	32
2.3 ACESSO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	35
2.4 ESTUDO DO CASO E MUDANÇAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	37
2.4.1 A escolha de uma abordagem.....	38
2.5 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ALDEIA	41
2.6 CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ALDEIA HALATAIKWA	44
2.6.1 Resíduos Sólidos.....	44
2.6.2 Esgotamento Sanitário.....	49



2.6.3	Abastecimento de Água	54
2.6.4	Manejo de Águas Pluviais	60
2.7	REFLEXÕES FINAIS	62
2.8	REFERÊNCIAS.....	66
3.	APÊNDICE A – ESQUEMAS CONCEITUAIS DOS COMPONENTES DO SANEAMENTO.....	68
4.	APÊNDICE B – QUESTÕES NORTEADORAS.....	70



APRESENTAÇÃO

Este tomo foi concebido para guardar os registros obtidos em dois momentos do processo de formulação do Programa Nacional de Saneamento Rural, quando sete pesquisadores estiveram nas Terras Indígenas Guarani de Bracuí, Aldeia Tekoá Sapukai, situada no Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 02 e 23 de novembro de 2017; e Enawenê-Nawê, no Estado de Mato Grosso, Aldeia Halataikwa, entre os dias 04 e 19 de fevereiro de 2018. O objetivo de ambas as pesquisas de campo foi apresentar as condições sanitárias daquelas comunidades, por meio da identificação e descrição das formas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, o manejo dos resíduos sólidos e o manejo das águas pluviais. Pretendeu-se entender, com uma profundidade que só a imersão em campo poderia permitir, a realidade sanitária das aldeias, investigando-se as formas de acesso aos serviços sanitários, tendo em vista a atuação dos órgãos indigenistas oficiais e não oficiais, além das características culturais, sociais e as condições ambientais existentes em seu território.

Cada campo teve suas peculiaridades. O primeiro foi importante para que a equipe tivesse o real entendimento de como é a imersão em lugares onde predominam outra cultura e outro modo de vida, em presença de demandas sanitárias também peculiares. A estadia na Aldeia Tekoá Sapukai foi desafiadora, pelas barreiras da língua e pelas diferenças socioculturais que se colocaram frente a aproximações e contatos maiores, que costumam acontecer após a convivência rotineira, o que não foi possível no âmbito deste estudo, em função do tempo pré-fixado, relativamente curto. Entretanto, tal experiência trouxe importantes ensinamentos que foram essenciais à segunda imersão em campo, na Aldeia Halataikwa, pelo fato de a cultura de seu povo estar muito mais preservada e as diferenças serem ainda maiores, requerendo um aprofundamento teórico *à priori* facilitado pela condução de um antropólogo, Oscar Torretta, que esteve à frente de treinamentos às equipes de campo, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e janeiro de 2018, participando também de duas pesquisas de campo, uma das quais, entre os Enawenê-Nawê. Os treinamentos tiveram como objetivo preparar as equipes e auxiliá-las na dinâmica de campo, bem como na instrução de comportamentos e posicionamentos adequados diante de populações indígenas.

A imersão em campo se apresentou como um elemento importante ao propiciar o contato direto com os sujeitos pesquisados em seu cotidiano. Apesar de notório que a figura do pesquisador – um agente externo – influencia a dinâmica da comunidade, sua presença também permite maior interação e relação com o universo do pesquisado. Os dois momentos se refletiram no desenvolvimento de relatórios aqui apresentados, cada qual com suas características próprias e cobrindo aspectos que se revelaram importantes para cada equipe frente às realidades estudadas.

Tais informações subsidiarão o Estudo para a Formulação, gestão e implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), coordenado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Programa será responsável por definir as diretrizes gerais e as estratégias para a execução de ações de saneamento básico em áreas rurais do país, objetivando a universalização do acesso. O processo de elaboração do PNSR envolve, dentre outras atividades, o conhecimento das realidades rurais brasileiras, compreendendo as terras indígenas.

1. TERRA INDÍGENA GUARANI DE BRACUÍ

1.1 INTRODUÇÃO

O trabalho que resultou neste relatório seguiu os pressupostos da Grounded Theory (GT), a Teoria Fundamentada nos Dados, que se baseia em técnicas mistas de coleta e análise de dados (entrevistas, observação participante, técnicas etnográficas) que se adequam as peculiaridades do local e dos objetivos do estudo. Os procedimentos adotados em campo buscaram o conhecimento das condições sanitárias dos moradores da aldeia, a compreensão do acesso às infraestruturas de saneamento, como também, às ações desempenhadas pelas instituições e seus desdobramentos.

A pesquisa seguiu as normativas e diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169, obtendo autorização de ingresso na Terra Indígena Guarani de Bracuí, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 05 de outubro de 2017, Processo nº 08620.013148/2017-75.

Em reunião prévia à pesquisa de campo, as lideranças solicitaram que os resultados fossem apresentados à comunidade no final do trabalho na aldeia, além da entrega da cópia física dos dados coletados. Também foi demandado que nas abordagens aos moradores a nossa equipe fosse acompanhada de uma pessoa da aldeia. Esse acompanhante foi contratado e nos guiou ao longo do trabalho de campo na comunidade, auxiliando na tradução daquelas que falavam Guarani.

A equipe de campo optou por instalar-se na aldeia em um local cedido pela comunidade. Essa inserção propiciou maior contato entre pesquisadores e moradores, auxiliando na observação das práticas cotidianas vinculadas ao saneamento. Uma vez instalados, no local que funcionava uma padaria, decidimos passar por um período de ambientação na comunidade, buscando conhecer toda a aldeia, e seus pontos de destaque (a escola, o posto de saúde, o campo de futebol, bem como a disposição espacial das moradias). Sempre guiados pelo “tradutor” local, fomos apresentados aos moradores, prevendo, durante esse percurso, um retorno para proceder às entrevistas. Nas casas em que tivemos abertura e aceitação para entrevistas conversávamos diretamente com os moradores.

Nos primeiros dias em campo, em conversa com o Cacique, descobrimos que haveria uma reunião interna na comunidade, na qual foi disponibilizado um momento, ao final, para que apresentássemos o projeto a todos. Na reunião nos foi indicado fazer um mapeamento dos banheiros da aldeia, devido às condições precárias em que se encontravam. Essa sugestão direcionou nossa metodologia ao longo do campo, resultando no levantamento dos banheiros existentes e na quantificação do número de pessoas por estrutura sanitária. Por meio desse levantamento, constatou-se a existência de vários agrupamentos familiares¹ dispersos espacialmente na aldeia.

Ao todo, foram realizadas 26 entrevistas individuais, entre moradores e sujeitos que influenciam diretamente na questão do saneamento da localidade, como os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), “Gari Comunitário”, algumas lideranças e o cacique. De modo geral, a escolha dos entrevistados que não possuíam uma função/cargo de liderança ou

¹ Esse estudo não aprofundou nas relações de parentesco, considerando como agrupamento familiar a localização espacial das casas e estruturas de saneamento.

relacionada a saúde e saneamento se deu a partir da abertura ou disponibilidade da pessoa que nos recebia no momento de nossa chegada.

Para compreendermos outras perspectivas, realizamos entrevistas com representantes das diversas instituições e entidades que atuam no saneamento dentro da aldeia. São elas: o Serviço Autônomo de Águas e Esgoto (SAAE), a Vigilância Ambiental da Prefeitura de Angra dos Reis, a Equipe Multidisciplinar do Polo Base, médicas do governo municipal, o técnico em saneamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), além da presença na reunião do Conselho Local de Saúde Indígena e entrevista com a Presidente.

Cada entrevista variava de acordo com as especificidades dos sujeitos, seja por sexo, idade, domicílio, funções sociais internas ou externas à aldeia e competências institucionais. Entretanto, todas buscavam contemplar questões relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, tanto em uma perspectiva histórica, quanto na discussão da situação atual.

Todas as entrevistas em que o entrevistado preferia falar em Guarani foram filmadas pelo nosso guia, que depois nos auxiliou na tradução. Contudo, a limitação da linguagem fez com que a condução das entrevistas ficasse confusa, visto que não compreendíamos o que o entrevistado respondia para saber qual o direcionamento da próxima questão. Os dados que emergiram dessas entrevistas foram cruzados com uma base cartográfica da Aldeia, construída pelos próprios indígenas no ano de 2016, durante o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PGATI) (Figura 1e, posteriormente, com imagens aéreas do Google Earth. Dessa forma, foi possível, em conjunto com alguns moradores, espacializar e localizar cada domicílio e diversas estruturas coletivas e individuais relativas ao saneamento.

Figura 1 – Mapeamento do sistema de distribuição de água e número de banheiros.



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

1.2 Análise das informações

Ao final de cada dia a equipe ouvia em conjunto as entrevistas realizadas pelo grupo, anotando e codificando cada ponto e discutindo as questões que emergiam das narrativas dos entrevistados, como dúvidas e contradições nas falas. Posteriormente, com uma semana em campo, houve a construção do esquema conceitual com os códigos devido ao elevado número de informações que estávamos coletando e a necessidade de compreensão e aprofundamento dos dados.

Esse momento de análise e categorização inicial foi difícil, sempre é árduo realizar uma reflexão e introdução dos primeiros conceitos das entrevistas analisadas. A dinâmica só fluiu com o tempo. Colocamos quatro papéis crafts² no chão e iniciamos o esquema conceitual para verificar as informações levantadas, comparando com as questões norteadoras. Cada conceito e categoria eram debatidos pela equipe antes de sua inclusão no esquema. Nessa etapa surgiram questões que não havíamos explorado e/ou aprofundado, gerando a necessidade de reforçarmos algumas perguntas e melhorar outras, na tentativa de reduzir as incompreensões advindas da língua e da cultura.

1.3 Construção do Filme

Articulou-se a produção de um filme com o intuito de captar as representações dos indígenas sobre o saneamento através da imagem. Aproveitando-se a experiência do nosso guia com o audiovisual³, solicitamos a indicação de mais pessoas interessadas para participar da produção do filme.

Assim, foram distribuídas câmeras para quatro moradores (três homens e uma mulher) retratarem o saneamento em seu cotidiano, através de fotos e vídeos. Por meio de diversas abordagens tentamos abarcar o olhar feminino nas questões de saneamento, contudo, as mulheres eram muito tímidas e conseguimos incluir apenas uma mulher nessa dinâmica. As demais mulheres, as quais buscamos - por meio da indicação do nosso guia ou da nossa cozinheira - não demonstraram interesse ou abertura para participar.

Marcamos um dia para conversarmos sobre as imagens retratadas. Das quatro pessoas, apenas três realizaram a dinâmica, um deles não compareceu. A timidez dificultou muito a explicação dos participantes sobre os motivos de cada um para registrar a imagem que apresentou. Ainda assim, conseguimos identificar questões relevantes, como a vergonha pelos resíduos na cachoeira e o desconforto que possuíam pelo estado precário dos banheiros.

A partir disso, houve a discussão com o nosso guia e mais um morador que, assim como nosso guia, possuía experiência com o audiovisual. Cada etapa de elaboração - roteiro, planejamento da filmagem e edição do filme - foi pensada em conjunto, buscando envolvê-los e estimulá-los para que fosse representado nas imagens temas de interesses deles.

² Todos os esquemas elaborados em campo podem ser visualizados no Apêndice A.

³ Por meio da nossa interação com o guia, descobrimos que ele já havia feito vários filmes e participado de oficinas sobre cinema.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A Terra Indígena Guarani de Bracuí situa-se no município de Angra dos Reis, localizado na mesorregião do Sul Fluminense, na microrregião da Baía de Ilha Grande. Limítrofe com o estado de São Paulo, o município faz divisa com Paraty, Mangaratiba, Rio Claro, Bananal e São José do Barreiro, além de distar 154 Km da cidade do Rio de Janeiro. Nos 825 km² em que estende a municipalidade, há uma sensível heterogeneidade nas formas de apropriação do território, em parte, condicionadas por aspectos naturais.

O clima da região é tropical quente e úmido, ou seja, há um índice pluviométrico elevado mesmo no período seco (DRZ, 2014). O microclima é bastante influenciado pela maritimidade e pelo relevo íngreme. A primeira garante o elevado percentual de umidade do ar e a chegada de massas de ar oceânicas, enquanto o segundo age como um barlavento, segurando algumas nuvens que seguiriam para o interior do continente. Mesmo durante a primavera, essas condições foram empiricamente constatadas pela equipe de campo: alguns dias de céu aberto faziam extremo calor, enquanto outros vários dias choviam e a neblina tomavam conta da aldeia, que fica nos morros.

A alta pluviosidade está diretamente relacionada com a formação de uma vegetação ombrófila na região. Além do manguezal na foz de diversos cursos d'água, os morros do município são tomados pela Mata Atlântica densa, de médio/ grande porte e bastante conservada. Esse cenário, em muito se explica pela existência de diversas unidades de conservação no território angrense, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica de Tamóios, dentre outras Reservas Particulares. Na TI Guarani de Bracuí também foram encontradas vastas áreas de mata fechada, mantida pelos indígenas.

O relevo íngreme também é um fator a ser considerado para o baixo desmatamento no município, uma vez que a ocupação humana se restringe às áreas mais ou menos planas, conservando a vegetação dos morros. A geomorfologia angrense constitui-se basicamente de uma baía rodeada por morros e serras (na junção das denominadas Serra do Mar e da Bocaina). Nos pontos mais elevados, predominam os Neossolos Litólicos, nos quais os horizontes O e A fazem contato direto com a rocha matriz. Já nas planícies costeiras ou fluviais, onde ocorre a sedimentação dos sedimentos advindos das serras, os solos já são mais profundos, como Latossolos, Cambissolos e Espodossolos (DRZ, 2014).

A maioria dos 170 mil habitantes angrenses residem nas ínfimas áreas de planícies, onde outros empreendimentos também se instalam (IBGE, 2010). A urbanização na parte continental segue a Rodovia Rio-Santos (BR-101), que também liga a sede de Angra dos Reis à de Paraty, passando por diversos bairros/ distritos, como Jacuecanga, Mambucaba, Frade e o Bracuí, este último nas proximidades da Terra Indígena visitada.

Na sede de Angra há uma maior concentração de pessoas, serviços e do aparato político-institucional que possui jurisdição sobre todo o território municipal, como a Câmara e a Prefeitura e as suas secretarias. A Vigilância Ambiental e o SAAE, visitados pela equipe, são exemplos disso. Muitos órgãos possuem, entretanto, bases nos demais distritos, devido à distância da sede. Já o Centro Técnico Local da FUNAI e o Polo Base da SESAI situam-se no distrito de Mambucaba, na divisa com Paraty, pois estes são órgãos federais que atuam em mais de um município da região.

Analisando os últimos cinco censos demográfico do IBGE, percebe-se um crescimento populacional em ritmo acelerado em Angra dos Reis (TAB. 1). Nesse processo, a cidade avançou espacialmente sobre áreas eminentemente rurais, como o próprio bairro de Bracuí, surgido nos anos 2000, do loteamento de algumas fazendas. Apesar deste avanço, existem 313 propriedades agropecuárias no município, com uma produção considerável de banana e gado para o leite e corte (IBGE, 2016).

Tabela 1 - População residente e domicílios 1970 – 2010 Angra dos Reis

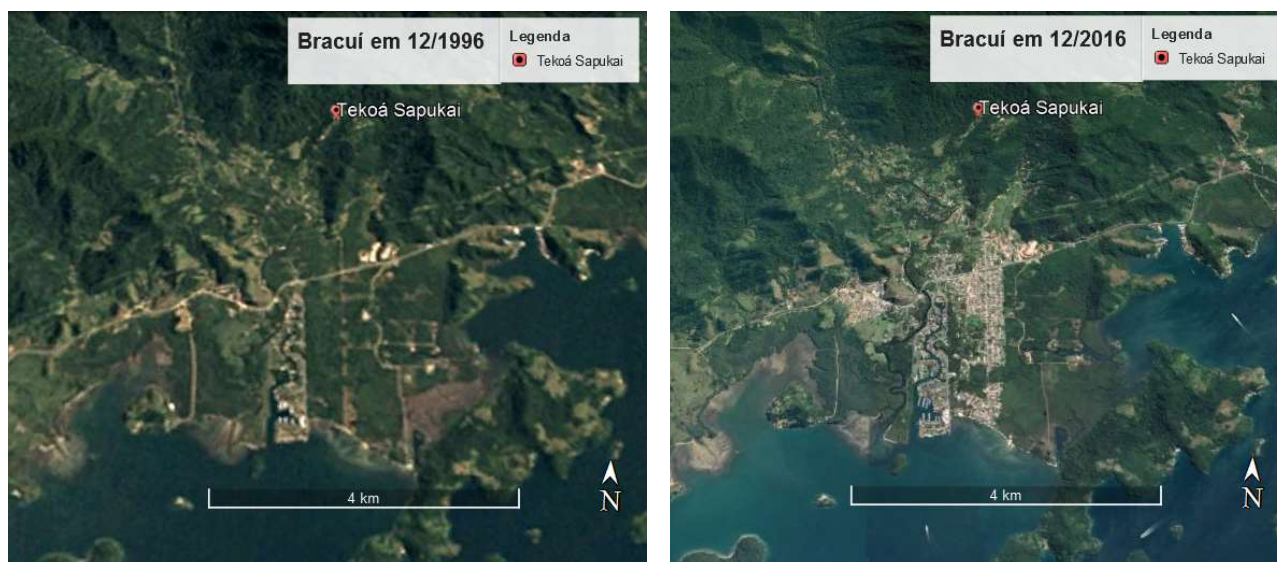
	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios	6910	12340	21299	32716	53443
Populações	40276	57869	85571	119247	169511

Fonte: IBGE Cidades (2016).

O crescimento urbano se materializou de diversas formas no espaço angrense. De um lado, observa-se um incisivo processo de favelização em todos os distritos, muitas vezes avançando sobre áreas de risco de deslizamentos. Em conversas com diversos moradores foi perceptível a preocupação com a violência nesses lugares, ligada ao surgimento de facções criminosas. De outro lado, surgiram vários condomínios fechados, que recebem a classe média/alta, com acesso privativo às praias e marinas.

O surgimento de tais condomínios também se deveu à alavancada do turismo na região, atraindo proprietários de domicílios que passam estadias temporárias. Pela Figura 2 também pôde-se inferir o aumento do número de domicílios por habitante durante o mesmo período de boom do turismo em Angra dos Res. O município atrai, inclusive, um considerável número de turistas estrangeiros, que frequentam, em sua maioria, somente a sede, como acesso para as ilhas, que são as atrações principais. Nos demais bairros/distritos, entretanto, é raríssimo escutar alguém falando inglês, alemão ou espanhol.

Figura 2 - Crescimento de Bracuí de 1996 a 2016



Fonte: Imagem do Google Earth.

Outra forma comum no município de Angra dos Reis são as vilas de trabalhadores, como a Vila da Petrobrás, a Vila Residencial de Mambucaba e a Praia Brava. Elas se assemelham a condomínios e são àqueles que trabalham em determinados empreendimentos na região. Tais empreendimentos merecem menção no presente relatório, pois, como analisou Souza (2003), eles foram responsáveis pelo intenso processo de urbanização desordenada, especulação imobiliária e desarticulação de atividades econômicas tradicionais.

O primeiro empreendimento é o estaleiro Verolme, em 1959, no distrito de Jacuecanga, onde ocorre a fabricação de embarcações de grande porte. Desde 2000 foi adquirido pelo Grupo Keppel FELS, de Cingapura, atendendo o mercado de construção naval e o offshore de óleo e gás.

Outro empreendimento, também no distrito de Jacuecanga, é o Terminal Petrolífero da Ilha Grande, finalizado em 1977, construído para a importação de petróleo. Atualmente ele serve à exportação e cabotagem para terminais de menor porte e conta com 15 tanques de óleo e derivados.

Finalmente, o empreendimento mais conhecido de Angra dos Reis é o complexo de produção de energia nuclear, próximo a Mambucaba, um projeto chave do governo militar. Em 1972, foi finalizada a construção da primeira usina, Angra I. O fluxo de pessoas era intenso, pois além da mão-de-obra que trabalha na usina, chegavam, nos anos 1980 e 1990, pessoas para construir a segunda usina nuclear. Angra II começou a operar em 2001, mas o fluxo ininterrupto de imigrantes se mantém, uma vez que as obras de Angra III já começaram (ELETROBRÁS, s/d; SOUZA, 2003).

Nesse mosaico de formas de uso do espaço de Angra dos Reis, há também apropriações alternativas ou não hegemônicas. É o caso da Terra Indígena Guarani de Bracuí, tema deste relatório.

1.5 ENTIDADES QUE ATUAM NO SANEAMENTO NA TEKOÁ SAPUKAI

As ações no âmbito do saneamento e saúde que são realizadas na Tekoá Sapukai resultam das demandas dos moradores frente às distintas instituições ao longo do tempo. Assim sendo, para compreender a atual situação de acesso aos serviços sanitários torna-se necessário descrever as entidades que atuaram e atuam em seu território, apresentadas a seguir.

1.5.1 Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai)

A Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), instituída pela Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010, e pelo Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2011, é a entidade responsável por coordenar as ações relativas à promoção da saúde e saneamento em terras indígenas. Anteriormente, essa atribuição era da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), que havia assumido a responsabilidade desde 1999.

Na mudança de gerência da Funasa para a SESAI houve redução do corpo técnico que atuava no escopo das ações em saneamento, passando de cinco funcionários para apenas um. Também houve o fechamento do laboratório de análise da qualidade da água existente no polo base. Diante deste cenário, o atual técnico de saneamento solicita a outras instituições a realização das análises da água.

Na tentativa de reduzir os problemas supracitados, uma solução apontada pelo técnico em saneamento da SESAI, corresponde à realização de parceria entre a Secretaria e as prefeituras, assim, enquanto a SESAI entraria com os subsídios financeiros, as prefeituras cederiam seus funcionários e equipamentos.

Quanto ao atendimento à atenção primária de saúde, as ações são desempenhadas pela equipe multidisciplinar que atua no posto de saúde construído em 1994, pela Prefeitura de Angra dos Reis. A equipe é composta por técnicos em enfermagem, enfermeiro, médica da família, técnico em saúde bucal, e agentes indígenas de saúde. Todos recebem pela terceirizada, Missão Evangélica Caiuá, enquanto não há uma definição sobre as formas de contratação desses profissionais.

1.5.2 Fundação Nacional da Saúde (Funasa)

A Funasa foi responsável pela construção e implantação do sistema de abastecimento de água da Terra Indígena, constituído por captação em três mananciais: Cacique, Pupunha e Aldo e distribuição. Da mesma forma, foi por ação da Funasa a construção dos banheiros existentes na aldeia.

1.5.3 Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis é responsável pela oferta de água para o consumo humano, coleta e tratamento de esgotos de todo o território do município. Também cabe a essa entidade o monitoramento e análise da qualidade da água. Apesar de ser competência da SESAI⁴, em abril de 2017, o SAAE realizou melhorias no sistema de abastecimento de água do Aldo, mediante solicitação da população e de um político local. Para a manutenção do sistema houve o treinamento dos AISANs e a distribuição de pastilhas de cloro apenas no momento de implantação, atribuindo à SESAI o papel de manutenção. Também estava no escopo do projeto a melhoria do sistema Cacique. Através da parceria com a SESAI, o SAAE cederia seus funcionários em troca de insumos necessários para a obra. Entretanto, não obtiveram sucesso na disponibilização dos materiais, resultando, conseqüentemente, no cancelamento do projeto.

1.5.4 Profissionais do sistema de saúde do município

Há duas médicas que são cedidas pelo município para trabalharem no posto de saúde da Aldeia, com carga horária de 20 horas semanais, sendo uma pediatra e uma neurologista. As questões que oferecem risco à saúde dos moradores são identificadas pelas médicas e encaminhadas para a vigilância ambiental que, por sua vez, busca as instituições capazes de intervir no território.

1.5.5 Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental é uma coordenação ligada a interdependência do ambiente com a saúde, através da gestão do território. Sua função é de profilaxia, monitorando as doenças endêmicas das áreas rurais e silvestres, como febre amarela, raiva, picada de peçonhentos, dentre outras, procurando e notificando as entidades responsáveis para tomarem providências.

4 De acordo com a Portaria de Potabilidade da Água 2914/ 2011, em seu Art. 8º, cabe a SESAI “a execução, diretamente ou mediante parcerias, incluída a contratação de prestadores de serviços as ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano no sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água das aldeias indígenas”.

1.5.6 Conselho Local de Saúde Indígena

Criado em 2000, o Conselho Local de Saúde Indígena é fruto do movimento dos indígenas Guarani. Tem como objetivo fiscalizar e cobrar entidades responsáveis pela promoção da saúde e saneamento, considerando as especificidades culturais indígenas. O regimento do Conselho foi construído por meio da capacitação da Funasa. Nas reuniões dos conselhos, há representantes das aldeias: Aldeia Pataxó, Arandú Mirim, Araponga, Mamanguá, Maricá, Paraty Mirim, Rio Pequeno e Sapukai.

1.5.7 Associação Comunitária Indígena Bracuí (ACIBRA)

Criada em 1992, a Associação surge como uma representação dos moradores da Tekoá Sapukai. Essa instituição tem possibilitado o acesso a projetos e à captação de recursos voltados para as necessidades da população da aldeia. No âmbito do saneamento, ocorreram ações de reciclagem de papéis com os objetivos de reduzir os resíduos da comunidade e gerar renda. Outro projeto vinculado à associação, o PGATI, abordou temas sobre a gestão territorial, discutindo a realidade sanitária da aldeia e apontando soluções para os problemas identificados.

1.6 O SANEAMENTO BÁSICO

1.6.1 Contexto histórico

A região do Bracuí já era habitada por duas famílias Guarani, quando em meados dos anos 1980, outras famílias chegaram para morar no local, vindas de aldeias no Paraná e de Santa Catarina. Os mais antigos relatam que “era tudo mato” e que, durante o processo de ocupação, moravam debaixo de lonas e encontravam dificuldades na construção das casas devido ao vento forte.

A captação da água era realizada diretamente nas nascentes através de cacimbas ao lado das corredeiras ou por baldes e tubulações individuais conectados às casas, sendo o armazenamento em cabaças. Apesar da água sem tratamento e da defecação a céu aberto, não foi relatada a ocorrência de doenças de veiculação hídrica. A captação se dava em locais protegidos, e a preocupação com a qualidade da água se restringia à presença de animais mortos nos mananciais.

O contato com os não-indígenas era restrito e o acesso à aldeia se dava somente por meio de trilhas. Além disso, a região do entorno não era ocupada, possibilitando a pesca e a caça. Dessa forma, a maior parte dos resíduos produzidos era de orgânicos, tendo como destinação o lançamento no mato ou a queima. Em meados dos anos 1990, a luta dos Guarani Mbyá resultou na homologação de sua terra, possibilitando o acesso às políticas públicas, como a oferta de bens e serviços de infraestrutura e saúde. Essa conquista permitiu a fixação no território demarcado, desencadeando o crescimento populacional da aldeia. Tais fatores aumentaram a pressão sobre o uso da água e os riscos de sua contaminação.

Assim sendo, o acesso a água potável⁵ e em quantidade suficiente, além da construção de banheiros e a destinação adequada das excretas, tornaram-se uma demanda dos moradores. Esse contexto de mudanças e necessidades pode ser observado na fala de um morador (TIG01) que, ao descrever a

⁵ Segundo o padrão de potabilidade de água estabelecido pela Portaria 2.914 de 2011, do Ministério da Saúde.

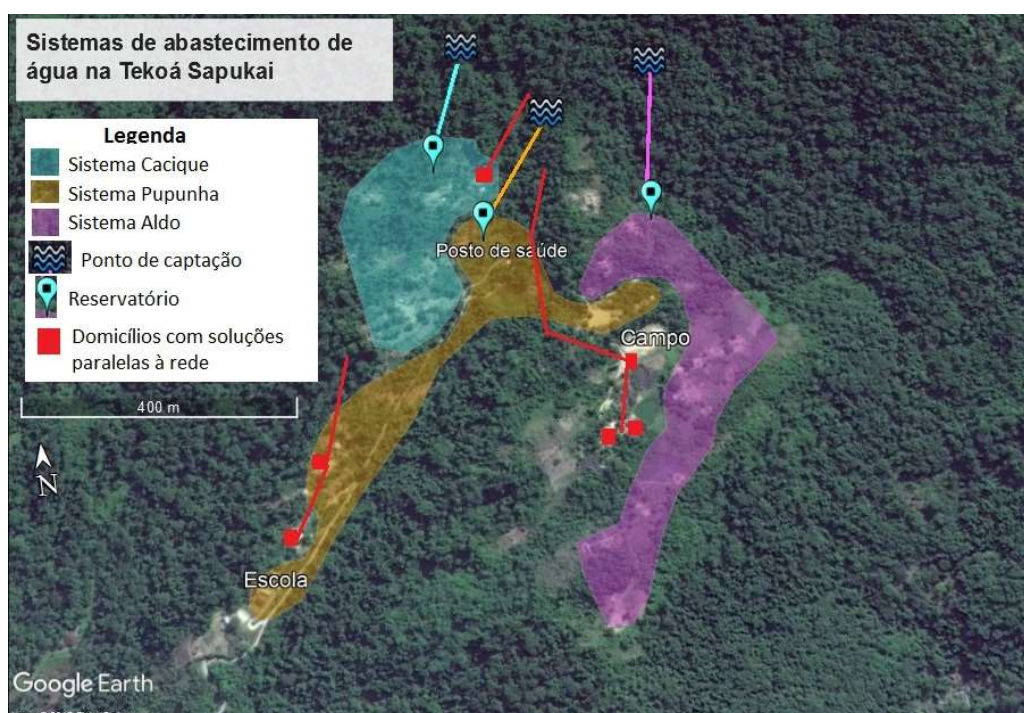
preferência pelo mato para realizar as suas necessidades, destaca: *“Eu gosto de fazer isso [cagar no mato], (...) mas não dá pra dizer pra 80 famílias fazerem isso... Aí, acho que é problema”*.

O crescimento de Bracuí () restringiu a pesca e a caça, outrora praticadas nessa área. A facilidade de acesso aos supermercados e a entrada constante de vendedores de alimentos, também contribuíram para a mudança dos hábitos alimentares da população. Atualmente, os produtos consumidos geram resíduos, tais como, embalagens, garrafas pet e papéis. As mudanças aconteceram de forma relativamente rápida e são recentes, demandando atuações de instituições e dos próprios moradores. Elas serão detalhadas a seguir, em tópicos divididos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais.

1.6.2 Abastecimento de água

Em 2006⁶, a Funasa construiu três sistemas de abastecimento de água - Cacique, Pupunha e Aldo -, que nomeiam os mananciais onde se realiza a captação da água, cujo tratamento é por filtração lenta (areia, cascalho e brita), seguido de cloração, reservação e rede de distribuição. A implantação destes sistemas buscou reduzir que as famílias ficassem reféns das variações do volume da água captada e sem tratamento. A Figura 3 apresenta a localização das captações, a mancha de distribuição de cada sistema e dos domicílios que realizam a captação direta nas fontes.

Figura 3 – Sistema de Abastecimento de água na Tekoá Sapukai



Fonte: Imagem do Google Earth.

Os pontos de captação (Figura 4) de água localizam-se em lugares protegidos pela mata, sem casas ou plantações à montante. Sendo assim, a preocupação dos moradores está relacionada aos riscos de

⁶ Todas as datas que constarão neste relatório referem-se as narrativas dos entrevistados.

contaminação decorrente do contato dos animais com a água. Cada sistema possui sua particularidade, dessa forma, a condição atual de cada um será detalhada e apresentada a seguir.

Figura 4 – Pontos de captação Sistema Cacique, Pupunha e Aldo, respectivamente



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

Para a captação da água do sistema *Cacique* aproveitou-se a estrutura de uma pequena barragem construída pela prefeitura de Angra dos Reis nos anos 1980. Nela, há um tubo com pequenas fissuras, que servem para filtrar partículas grosseiras. Em seguida a água vai para dois reservatórios que foram instalados para funcionarem como filtros lentos, tendo sido retirados para dar maior vazão à água (Figura 5). A caixa onde era realizada a cloração foi desconectada pelos moradores. Do reservatório, a água é distribuída.

Figura 5 – Filtros lentos do Sistema Cacique



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

No sistema *Pupunha*, a água é captada por um tubo na corredeira do riacho e levada para dois filtros lentos seguidos de um tanque de cloração, de onde ocorre a distribuição. Assim como no sistema *Cacique*, não há aplicação de cloro, sendo os filtros lentos ainda utilizados, apesar de sua limpeza e não ocorrer regularmente e não haver registros de manutenção.

Já o sistema *Aldo* foi construído da mesma forma que o sistema *Pupunha*, com um tubo na corredeira de um riacho levando a água para dois reservatórios com filtros lentos e caixa de cloração. A caixa de

cloração e o material dos filtros foram retirados, pois não estavam sendo utilizados. No ano de 2017, o SAAE fez melhorias na captação desse sistema, construindo uma barragem e anexando dois tubos com pequenos furos, além de uma caixa de cloração. Contudo, a distribuição do cloro foi realizada pelo SAAE apenas no momento inicial. Em decorrência disso, no momento, não há cloração.

Os pontos finais nos quais a água chega aos moradores são todos externos aos domicílios, sendo compartilhados pelos agrupamentos familiares. A maioria dos pontos de água são nos banheiros, mas há também mangueiras e torneiras, utilizadas para lavar louça, roupas, beber e cozinhar (Figura 6).

Figura 6 – Ponto de água externo ao domicílio



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

A manutenção e a melhoria dos sistemas não acompanharam o crescimento populacional da Aldeia e a decorrente elevação do consumo de água. Somado a isso, o significativo número de caixas d'água que não são repostas aumenta o contingente de famílias que dividem a mesma caixa. O mapa a seguir (Figura 7) ilustra a distribuição de caixas d'água na Aldeia e o número de pessoas que as compartilham.

Figura 7 – Sistema de abastecimento de água na Tekoá Sapukai



Fonte: Sistema de abastecimento de água sobreposto a imagem do Google Earth.

Além do cenário anterior, a quebra e o entupimento de tubos e a variação da vazão dos mananciais acarretam a falta de água, para aproximadamente metade dos moradores da Aldeia, seja por algumas horas ou por dias. Essa realidade é representada pela seguinte narrativa: “Quando chove a água falta, quando não chove a água também falta” (TIG02). Para driblar essa condição, algumas famílias ligam uma mangueira ou pegam água no balde diretamente do corpo d’água e, em alguns casos, pegam na caixa d’água de vizinhos.

Observa-se que a água distribuída na rede não está isenta de oferecer risco à saúde por ser um potencial foco de contaminação. Apesar da captação em áreas protegidas e da filtração em um dos reservatórios, não é realizada a cloração. Não obstante, as quebras de tubos e tampas de caixas d’água possibilitam o contato com contaminantes externos (sapos, pássaros etc.).

Verificou-se que não há distribuição domiciliar do hipoclorito de sódio e nem há outros tipos de tratamentos realizado pelos entrevistados, à exceção do uso de coador por alguns deles. Alguns moradores mencionaram nas entrevistas que as médicas do posto de saúde indicam a fervura da água antes do consumo, principalmente para as crianças que sofrem com frequência com os surtos de diarreia e verminoses que acometem a população. Contudo, relataram não ferver a água, destacando ser difícil controlar o lugar que as crianças irão beber água.

A cloração deveria ser realizada pelos AISANs, porém a SESAI não repassa a eles as pastilhas e frascos de cloro. O técnico de saneamento da SESAI, responsável por esse repasse, relata ter dificuldade em adquirir esses materiais, uma vez que a falta de autonomia do polo base limita as compras, que somente podem ser feitas pela gerência, em Curitiba. Contudo, o AISAN realiza consertos e

manutenções das estruturas da rede. Constatou-se que, muitas vezes, os agentes dispõem de recursos próprios para comprar materiais específicos.

1.6.3 Esgotamento sanitário

Os módulos sanitários existentes na terra Indígena Tekoá Sapukai foram construídos em diferentes momentos e de distintas formas sob a gerência da Funasa. O primeiro projeto a ser implantado foi o banheiro de madeira, seguido do de fibra e, por último, em meio à transição da responsabilidade para a SESAI, os módulos em alvenaria.

A Tabela 2 aponta a quantidade de banheiros construídos, dentre os quais, dois são públicos, instalados no centro da Aldeia, sendo um de alvenaria e o outro de madeira. Existe também um de alvenaria que não está mais em uso por ter sido construído próximo a uma casa desocupada.

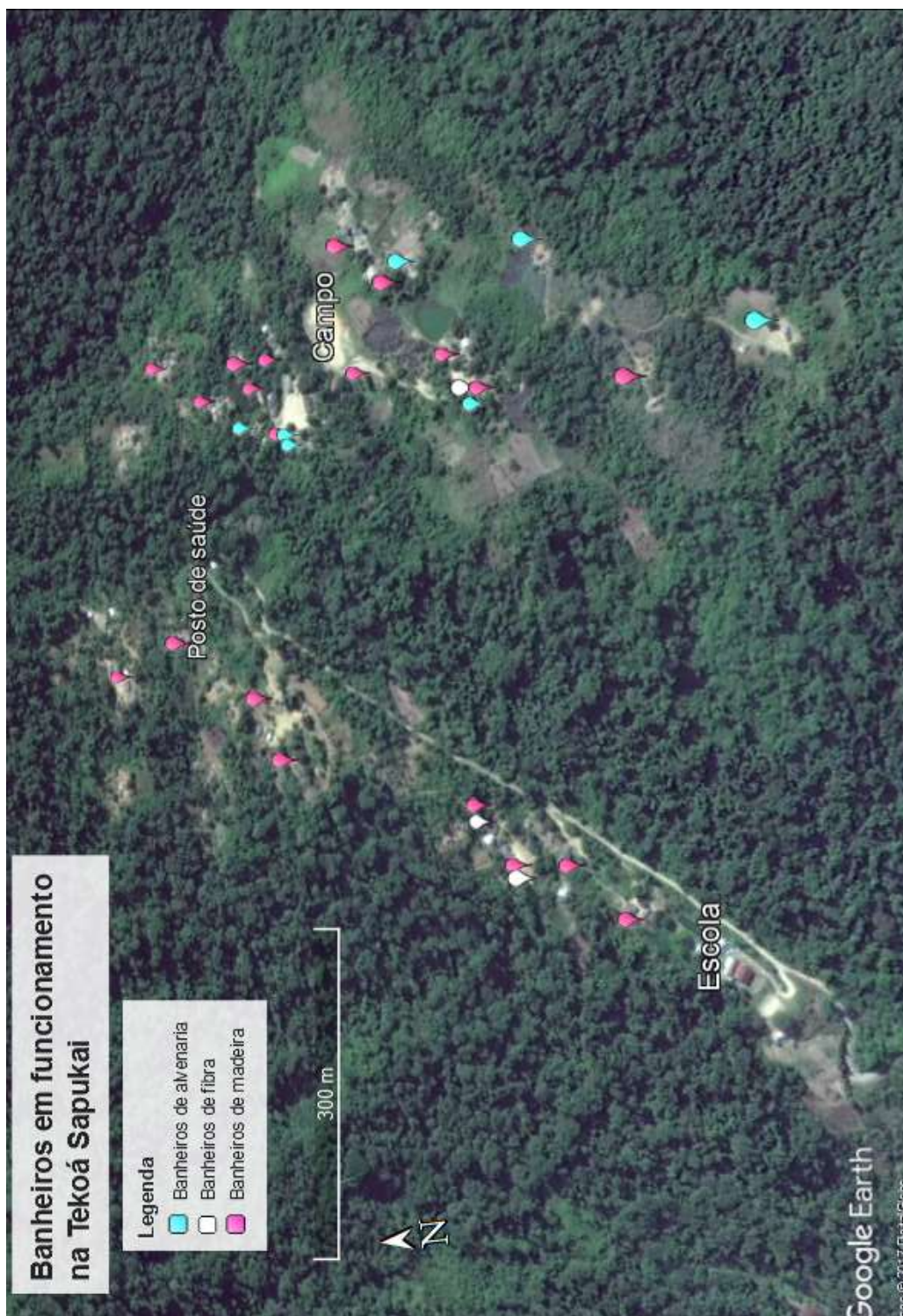
Tabela 2 – Banheiros na Tekoá Sapukai

Banheiros de madeira construídos	22		
Banheiros de madeira existentes	20	Inacabados	7
Banheiros de tijolos	8		
Banheiros de fibra	5	Não instalados	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A Figura 8 representa a distribuição espacial dos banheiros em funcionamento. Como pode ser observado, os módulos sanitários foram implantados para atenderem a agrupamentos familiares

Figura 8 – Banheiros em funcionamento na Tekoá Sapukai



Fonte: Banheiros em funcionamento sobrepostos a imagem do Google Earth.

É importante ressaltar que nem todas as construções foram finalizadas pela Funasa, sendo alguns banheiros equipados pelos próprios moradores, como a instalação de pia, chuveiro, vaso sanitário e encanamento de água. O caso mais comum encontrado relaciona-se à falta de instalação de água nos banheiros, correspondendo a 87% das construções inacabadas.

Os banheiros de madeira foram construídos em 1994. Dos 22 módulos sanitários implantados, dois já não existem. Em entrevista, um morador mencionou que seu banheiro desabou devido à chuva e ventos, enquanto o outro morador relatou que desfez seu módulo em decorrência da insatisfação com o local de construção.

As pessoas entrevistadas elencaram diversos problemas nos banheiros de madeira. As situações mais observadas foram o extravasamento e a quebra da tampa da fossa, mas também há casos de problemas com a fechadura, descarga e ralo. No geral, a estrutura de madeira não é bem recebida pela população por ser uma construção que se deteriora com o tempo. Todos os banheiros de madeira visitados apresentavam apodrecimento e muitos possuíam condições inadequadas para o uso por não dispor de privacidade (Figura 9).

Figura 9 – Banheiro de madeira

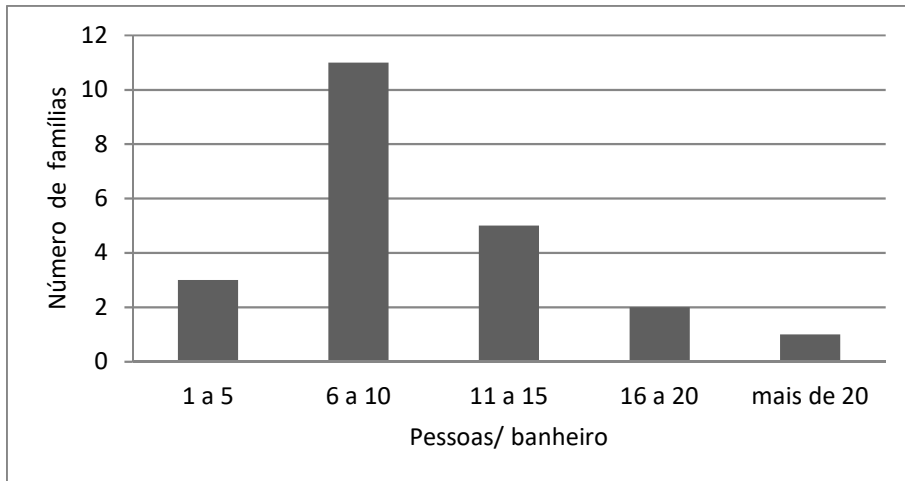


Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

Os moradores relataram que nunca ocorreu esvaziamento das fossas. Além disso, não foi observado um padrão de construção das fossas junto aos banheiros de madeira. Em muitos casos não há separação das águas de vaso sanitário, pia, tanque e chuveiro. Outra questão constantemente relatada pelas famílias é a pequena quantidade de banheiros existente, o que leva a um elevado número de pessoas utilizando a mesma estrutura. A

Figura 10 mostra que a maior parte das famílias compartilha o banheiro com mais de cinco pessoas. Tal cenário, demanda maior frequência de manutenção, limpeza pelos moradores e contribui para o extravasamento das fossas.

Figura 10 – Quantidade de pessoas por banheiro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em 2006, a Funasa forneceu cinco banheiros de fibra (Figura 11), com o intuito de avaliar a aceitabilidade desse modelo. Entretanto, não promoveu a instalação de todos eles. Tratam-se de módulos sanitários que possuem vaso, chuveiro, pia e fossa, sem tanque externo. Ocorreram reclamações quanto ao calor dentro do banheiro, devido a inexistência de ventilação. Houve casos em que a estrutura foi levada para próximo da casa pela própria família, que não conseguiu realizar a instalação, não sendo possível utilizá-los.

Figura 11 – Banheiro de fibra

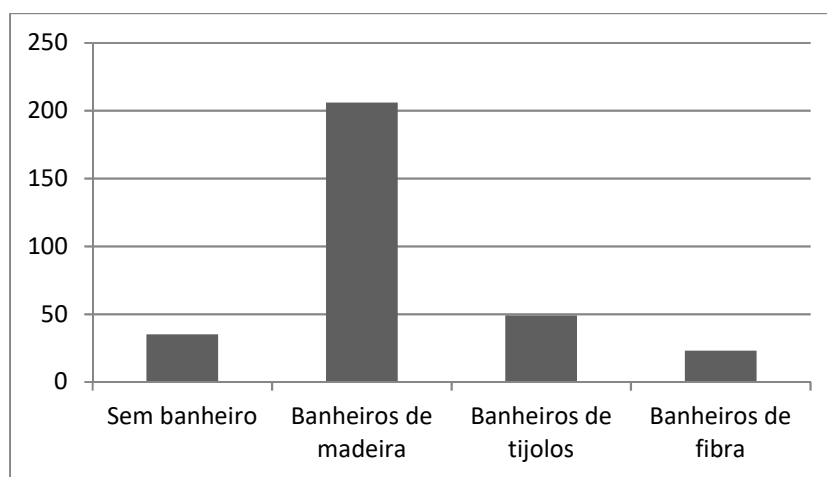


Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

Os banheiros de alvenaria, com projeto da Funasa finalizado pela SESAI, começaram a ser construídos em 2013, sendo os últimos entregues em 2015. Todos foram completamente instalados, possuindo fossas separadas para águas do vaso sanitário e águas de pia e chuveiro.

Quanto à utilização do banheiro a Figura 12 aponta o número de pessoas por tipo de banheiro, além daquelas que não contam com essa estrutura. A falta de banheiro é resultado de diversas situações, como é o caso das famílias que levaram a estrutura de fibra para próximo de suas casas, e das que, não tendo os banheiros completamente instalados, não concluíram as instalações com recursos próprios, mantendo a defecação a céu aberto.

Figura 12 – Pessoas versus Soluções sanitárias



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Pôde-se verificar casos em que a não utilização do banheiro está relacionada ao abastecimento de água. Há moradores que somente praticam defecação a céu aberto nos dias em que falta água. Sendo assim, vale ressaltar que o número de pessoas que praticam defecação a céu aberto é maior que o número de moradores sem banheiro.

As situações que acarretam problemas relacionados à manutenção dos banheiros, ao extravasamento das fossas e à defecação a céu aberto são de extrema relevância, pois impactam a saúde da população, tendo em vista que podem levar à poluição dos rios ou à contaminação pelo contato direto ou com o solo. O contato da população com fezes, efluente de fossa ou o consumo de água contaminada pode ser um fator responsável pela ocorrência de doenças que foram apontadas pelos moradores como sendo recorrentes, tais como verminoses e diarreia.

Quanto à localização do banheiro, a opção preferida corresponde à construção próxima e externa às casas, sendo que essa solução foi relacionada às condições atuais de moradia. Os moradores afirmam que para se ter um banheiro interno à casa seria necessário que esta fosse de alvenaria.

A mobilidade dos Guarani é um fator a ser considerado na implantação dos banheiros. Deve-se respeitar as peculiaridades da cultura na provisão das infraestruturas sanitárias, mesmo considerando o deslocamento das famílias, é um direito dos indígenas terem um banheiro próximo à casa. Foi observado que esse tema suscita discussões na aldeia. Quando questionado sobre a mobilidade guarani frente a construção de banheiros, um morador (TIG01) destacou que “essa parte é

responsabilidade da comunidade, sempre conversamos sobre isso, depois de colocar [o banheiro] não pode abandonar”. A dificuldade de acesso aos serviços de saneamento, aparentemente, exerce influência nos costumes do povo Guarani, pois, mesmo não sendo obrigatório, há indicação das lideranças para que as famílias “pensem” se irão se deslocar antes de receber a construção.

A população apontou também algumas sugestões para reduzir os problemas relatados. O extravasamento da fossa, por exemplo, pode ser evitado separando-se a água do vaso sanitário das águas servidas. Além disso, é importante construir mais banheiros, priorizando-se as famílias que não os possuem, a fim de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e reduzir a contaminação da água. Portanto, para que todas as necessidades sejam atendidas é importante que cada família possua um banheiro de alvenaria.

1.6.4 Manejo de resíduos sólidos

A geração, disposição, coleta e reciclagem de resíduos sólidos na aldeia é uma preocupação dos moradores já abordada no PGATI da Terra Indígena Tekoá Sapukai. Diversos fatores contribuíram para o aumento da quantidade desses resíduos: o intenso fluxo de pessoas e carros, o crescimento da população não indígena ao redor da Aldeia, as mudanças nos hábitos alimentares e de consumo da população Mbya.

Ademais, em 2004 chegou a energia elétrica na Aldeia através do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, aumentando a aquisição de televisores, eletrodomésticos, dentre outros aparelhos eletroeletrônicos que acabam estragando e se tornando resíduo na Aldeia. Além disso, há um grande volume de fraldas descartáveis que é relatado também como uma mudança de hábito e um problema em relação ao seu destino e acondicionamento, havendo, por vezes, contato de crianças e animais com esse resíduo.

Muitos moradores ainda não sabem o que fazer com certos tipos de materiais, estando acostumados a jogar no mato os resíduos biodegradáveis. Essa mudança foi frequentemente narrada ao longo das entrevistas: *“se não apodrece tem que jogar no lixo levar para cidade” (TIG01)*. E ainda: *“Antes a gente não tinha hábito de dizer assim: ‘Não, não joga lixo, tem que ajuntar’. Não tinha adquirido aquele hábito. Pegava, jogava assim, faz mal ou não, a gente não sabia né!” (TIG03)*.

A Prefeitura de Angra dos Reis realiza a coleta dos resíduos uma vez por semana, recolhendo-os em três pontos, sendo dois deles na estrada de acesso à Aldeia (Figura 13) e um próximo à escola. Há um agente comunitário contratado para passar nas casas, recolhendo os resíduos previamente acondicionado em sacos plásticos pelas famílias (plástico, metal e fraldas, principalmente) para os pontos de coleta da Prefeitura. Os resíduos coletados são destinados a um aterro controlado situado em Ariró. Contudo, como esse aterro não comporta o volume de lixo produzido no município, parte é destinada para o aterro de Seropédica.

A contratação do agente de saneamento foi uma demanda inicialmente pensada para dois agentes comunitários, e se deu através de uma parceria entre a Prefeitura e a Empresa Matos Teixeira. O agente atua na aldeia desde meados de 2017 e sua escolha foi indicação da liderança local. Esse trabalho é realizado a pé, sem uso de carrinho ou outro equipamento, desde então, foi relatada uma melhora da situação do lixo na aldeia.

Figura 13 – Ponto de coleta na estrada



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

A queima é um costume na Aldeia e, apesar de ainda ser recorrente, muitos moradores relatam que alguns materiais que eram queimados agora vão para a coleta. Foi apontado que a fumaça da queima de plásticos provoca mal cheiro e pode trazer doenças e contaminação do ar.

Apesar de verificado o uso de calça, bota e luva pelo agente responsável pela limpeza, segundo relatos do próprio agente, existem muitas limitações no serviço, como a falta de materiais de apoio e de uso próprio. Foi mencionada a compra com recurso próprio de saco de lixo e distribuição para que os moradores realizem o acondicionamento dos resíduos. Ele também não recebeu treinamento ou capacitação para realizar o trabalho orientar a comunidade. Além disso, não houve disponibilização de recursos para instalação de lixeiras comunitárias nas áreas comuns.

A logística da coleta é planejada pelo próprio agente e apesar de seu trabalho ser de conhecimento de todas as pessoas entrevistadas na Aldeia, muitas afirmam não saber exatamente qual o dia em que o gari passa em suas casas, e por isso levam diretamente seus resíduos até o ponto de coleta.

Há uma incerteza sobre a destinação dos resíduos volumosos, tais quais, fogões, geladeiras, carrinhos de bebê e colchões. Alguns afirmam existir um carro de coleta de ferro velho não vinculado à Prefeitura, embora a forma de realização da coleta seja desconhecida. Assim, a maioria desses resíduos é deixada nos quintais e no mato, mesmo sendo apontado como um problema:

“TIG04: - A gente tenta levar lá embaixo e não consegue, porque quando vem o [caminhão]lixeiro, não vem aquele lixeiro, assim, todo aberto, vem aquele que aperta e não tem como levar.

Entrevistadora: - Como é que faz?

TIG04: - A gente joga no mato.

Entrevistadora: - E isso é ruim pra vocês?

TIG04: - A gente sabe que é ruim, mas não tem como né, porque a gente joga no mato e contamina as coisas.”

Existe também um grande volume de roupas velhas, que possuem diversos destinos. Os moradores afirmam queimar e, por vezes, levar para a coleta, mas grande parte desse material também é deixado nos quintais e nos espaços comuns da aldeia (Figura 14).

Figura 14 – Disposição de resíduos no quintal



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

Embora a contratação do gari comunitário seja um avanço para a comunidade, seu treinamento é essencial, tanto para melhoria do serviço quanto para sua segurança. Falta uma integração com discussões maiores sobre como lidar com o lixo. Como pode ser observado na fala de um morador:

“Nossa ideia era... limpeza mesmo, de falar, dar oficina, dar palestra na área de saneamento. Na área de limpeza da aldeia. (...) Precisa mais também trabalhar, se aprofundar mais. Não é só pegar o lixo e jogar, colocar na lixeira. É chamar a comunidade, as mulheres, vai no colégio falar. (...) A limpeza é saneamento, se juntam. A limpeza da casa, moradia, água. Água que eu falo é cachoeira, nascente. Dar orientação pra família, orientação pras crianças. Falar do lugar que as pessoas podem morar ou não. Então, tudo isso envolve mais. As vezes o pessoal: ‘Saneamento é só emendar mangueira né’. Não é isso ne. (...)”(TIG05).

A origem dos materiais que chegaram nos últimos anos e as consequências da sua decomposição e das substâncias tóxicas, que podem contaminar o solo e as águas, devem ser de conhecimento dos moradores da aldeia. Além disso, grande parte do volume de lixo gerado é notadamente material reciclável, e a capacitação para reciclagem é um elemento do PGATI e poderia ser inclusive uma fonte de renda na comunidade.

1.6.5 Manejo de águas pluviais

A água de chuva não foi apresentada como um problema pelos moradores entrevistados, apesar dos empoçamentos existentes, principalmente nas estradas de acesso à Aldeia e a locais de uso público

(Figura 15). Também não foram apontadas doenças vinculadas ao acúmulo de água (como dengue) e a ocorrência de deslizamentos de risco, mesmo a aldeia se localizando em um terreno íngreme.

Figura 15 – Empoçamento das estradas



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

Porém, o acesso à Aldeia fica restrito em épocas de chuva, uma vez que a estrada não é pavimentada. Com isso, nesse período, a coleta de lixo feita pelo caminhão da Prefeitura fica comprometida. A fim de reduzir a deterioração da estrada foram construídas canaletas e redes de drenagem ao longo da via de acesso, pela Secretaria de Obras de Angra dos Reis em 2017. Para evitar que a água da chuva entre nas casas são realizadas ações pontuais por alguns moradores, como canaletas no entorno e instalação de cano embaixo das casas (Figura 16).

Figura 16 – Instalação de rede para a drenagem pluvial



Fonte: Acervo do PNSR, 2017.

1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Terra Indígena Tekoá Sapukai observou-se que, apesar da implantação de infraestrutura sanitária durante a gerência da Funasa, após a criação da SESAI não houve manutenção ou melhoria das mesmas, o que desencadeou o sucateamento de todas as estruturas, tanto no âmbito do abastecimento de água quanto no do esgotamento sanitário. O extravasamento das fossas, a interrupção do fornecimento de cloro e a falta de manutenção do tratamento por filtração lenta são exemplos da deterioração das infraestruturas que oferecem risco à saúde.

Quanto à atuação da SESAI, houve diversas falas de distintos atores que apontam as limitações dessa secretaria na promoção de ações sanitárias nas aldeias do Rio de Janeiro. Dentre as dificuldades apresentadas, destacam-se o distanciamento da coordenação do Distrito Sanitário, localizada em Curitiba, como um fator que restringe o acesso das lideranças indígenas e funcionários do polo base na cobrança e aquisição de suas demandas. Cabe mencionar ainda, que não houve capacitação dos agentes indígenas de saneamento, atores fundamentais na manutenção e gestão dos sistemas implantados nas aldeias.

Ao longo do processo de coleta de informações, seja por meio de entrevistas com os moradores ou atores ligados a instituições, surgiram comparações relativas às diferenças existentes entre a realidade da aldeia Sapukai e as demais aldeias que se encontram no território do Rio de Janeiro. Tais diferenças são emblemáticas quando se compara a atuação e acesso aos serviços ofertados pelas prefeituras.

As aldeias localizadas em Paraty enfrentam dificuldades de diálogo com a Prefeitura, resultando na falta de atuação nas áreas indígenas que se encontram em seu território. Em contrapartida, a Prefeitura de Angra dos Reis se apresenta como um importante ator na oferta de serviços de saneamento na Terra Indígena Tekoá Sapukai, atuando através do SAAE, secretaria de obras e infraestrutura e parcerias com empresas.

Diante desse cenário percebe-se uma lacuna na atuação da SESAI nas ações direcionadas aos serviços de saneamento, considerando a falta de corpo técnico, recursos financeiros, manutenção dos equipamentos, além da inexistência de capacitação dos agentes indígenas de saneamento.

1.8 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA BRACÚÍ (ACIBRA). *Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena*. Angra dos Reis, 2016.

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA (DRZ). *Plano Municipal de Saneamento Básico nas modalidades água, esgoto e drenagem urbana*. Produto 9, versão preliminar. Angra dos Reis, 2014.

ELETROBRÁS. *Angra 1, Angra 2 e Angra 3. Perguntas Frequentes*. Disponível em: < <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntasfrequentes/Angra1desempenhoeprodu%C3%A7%C3%A3o.aspx> >. Acesso em 01/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE cidades*. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso dia 02/12/2017. 2016.

SOUZA, P. *Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis (RJ) 1940-2000*. Revista geo-paisagem (on line) Ano 2, nº 3, 2003.

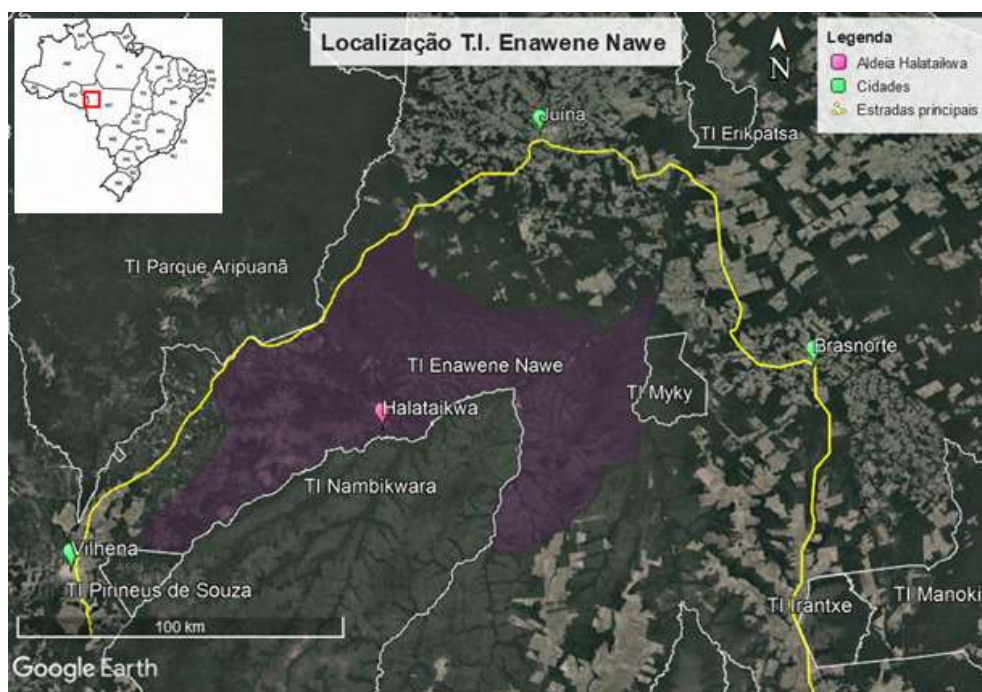
2. TERRA INDÍGENA ENAWENÊ-NAWÊ

2.1 INTRODUÇÃO

O povo Enawenê-Nawê vive desde tempos imemoriais na região dos rios Doze de Outubro, Camararé, Papagaio, Iquê, Alto Juruena, Juína Mirim, Preto, Arimena e Aripuanã. Com exceção deste último, todos formam a bacia do Juruena, cujas águas fluem para o Rio Tapajós, e em seguida para o Amazonas. Sua língua pertence ao tronco linguístico da família Aruak.

Atualmente, vivem em uma terra indígena delimitada, que respeita parcialmente o local de ocupação histórica do grupo⁷, e abrange 742mil hectares pelos municípios de Juína, Sapezal e Comodoro, no noroeste do estado do Mato Grosso (Figura 17).

Figura 17 – Localização da TI Enawenê-Nawê



Fonte: Landsat/ Copernicus, 2018 do Google Earth.

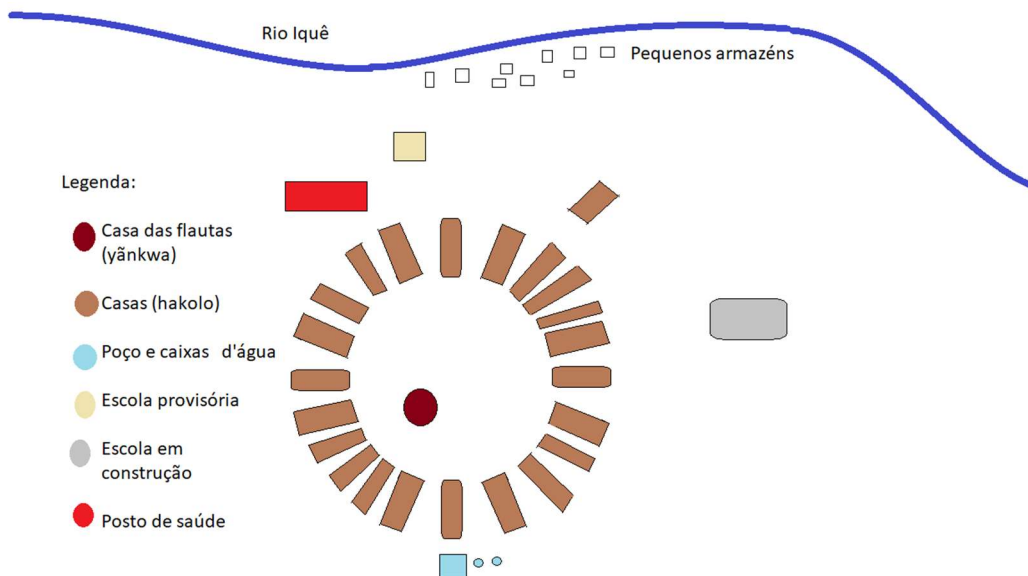
A população EN cresce exponencialmente desde o contato com o “branco”, em 1974. Naquela época eram cerca de 140 pessoas, somando 900 em 2018, de acordo com o censo da equipe de saúde de 2017, estando concentradas na aldeia Halataikwa, fundada em 2006. Apesar da transumância⁸ e do crescimento demográfico eles continuam em uma única aldeia, cuja forma se mantém a mesma. As

⁷ Grande parte das áreas de ocupação tradicional foram incluídas, excetuando-se a zona da cabeceira do Rio Preto, considerada sagrada pelos indígenas.

⁸ Santos (2001) emprega o termo “transumância” para designar a mudança de local da aldeia, aproximadamente a cada 10 anos. É importante ressaltar que esse movimento ultrapassa as fronteiras atualmente demarcadas para a Terra Indígena Enawenê-Nawê.

casas (*hakolo*) são retangulares e se dispõem simetricamente em um círculo, com uma entrada voltada para o pátio central e outra para os fundos. No pátio há uma construção cônica, com a porta orientada no sentido leste-oeste de onde parte o caminho do ritual *yãnkwa*. Nela vivem os espíritos dos clãs, representados pelas flautas utilizadas nos rituais (Figura 18).

Figura 18 – Croquis de Halataikwa



Fonte: Produzido pelos autores, 2018.

A casa Enawenê-Nawê é sustentada por troncos amarrados por cipós e coberta por palha de buriti, eficazes na proteção das fortes chuvas e do sol escaldante. Internamente são feitas divisórias de palha (atualmente a lona de plástico é mais comum) onde, em suas redes, dormem os membros de cada grupo familiar, composto por pai, mãe e filhos solteiros. O casamento é uxorilocal, ou seja, o marido vai morar na casa do pai de sua esposa. Próximo à porta defronte para o pátio mora o grupo familiar do homem mais velho, enquanto nas proximidades da porta dos fundos mora o grupo do segundo mais velho, e entre eles os demais, formando o grupo residencial. Em cada ponta há ainda uma cozinha comunal, com grandes fogueiras, panelas e um jirau, espécie de mesa onde os alimentos secam (ISA, 2018).

Além do grupo familiar e do residencial, que definem toda uma lógica ritualística e de trabalhos, há, entre os Enawenê, uma estrutura mais ampla, o clã. Existem, formalmente, nove clãs, segmentados de forma patrilinear e exogâmica e, logo, dispersos espacialmente pela aldeia. Há uma explicação mítica da origem dos clãs que remete a uma série de catástrofes que dizimou quase toda a população da Terra. Com ajuda dos espíritos (que também entram para os clãs), os sobreviventes de cada população se uniram, formando os Enawenê-Nawê. A estrutura clânica rege todos os rituais e, portanto, a vida da comunidade (ISA, 2018).

Embora não seja nosso objetivo, é importante mencionar os estratos da cosmogonia Enawenê-Nawê. Na camada subterrânea, mais especificamente dentro dos morros, vivem os espíritos (yakairiti), sob

constante penumbra e chuva fina. Eles são sovinas, feios e preguiçosos, sempre dependendo e cobrando dos humanos para alimentá-los, e estes devem satisfazê-los para evitar mazelas. No plano terrestre, vivem os “donos da mata” (atahare-wayate), que habitam o interior das árvores e comem as pessoas, caso elas quebrem algum tabu, e as assombrações (dakoti), cuja aparição é prenúncio de doença ou morte.

Finalmente, no patamar celeste (eno) vivem os deuses (enore-nawe), bonitos, cheirosos, fortes e bondosos, considerados avós dos Enawenê-Nawê, vivem da mesma maneira que eles, porém de maneira eternamente jovial, socialmente plena e ecologicamente sincronizada. Essa ordem desejada pelos humanos demonstra a influência dos ciclos da natureza sobre a vida rotineira e a vida ritual dos Enawenê (JAKUBASZKO, 2003). A materialidade ambiental vai ganhando contornos simbólicos e, dessa forma, tentaremos apresentar as características naturais do território Enawenê-Nawê, sem dissociá-las de como são apropriadas e significadas.

Inserida numa zona de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica, a terra dos Enawenê é um ecótono, cuja biodiversidade apresenta singularidades para além da síntese entre estes dois biomas. Em termos de vegetação, há uma diversidade florística distribuída por gradativas paisagens, tais quais, os campos-limpos, os campos cerrados, o cerrado, o “cerradão” e as matas ciliares. Através da coleta, uma gama de espécies é incorporada à vida dos Enawenê-Nawê, seja para a alimentação, como a bacaba, a castanha do Brasil, o pequi e o buriti, para a construção das casas, manufatura de instrumentos e para cerimônias religiosas. As cinzas de plantas específicas são processadas, formando o sal vegetal, ofertado para os espíritos subterrâneos (yakairiti) durante os rituais do yãkwa e lerohi.

Quanto aos aspectos pedológicos, na TI Enawenê-Nawê, há o predomínio de Areias Quartzosas distróficas, profundo, baixa capacidade de retenção de água, muito suscetível à erosão e baixa fertilidade, sendo praticamente inviável para a agricultura mecanizada. Entretanto, é nele que grande parte das roças de mandioca (ketekwa) são plantadas, uma vez que este cultivo é menos exigente⁹. As roças de mandioca circundam a aldeia, e é diário e constante o trânsito de pessoas entre esses dois pontos, sendo que aos homens cabe abrir a mata, fazer a coivara e o plantio, enquanto as mulheres colhem, fazem o replantio e transportam a mandioca para suas casas.

A mandioca é um dos sustentáculos alimentares/nutricionais dos Enawenê-Nawê, sendo ingrediente principal do biju, mingau, sopa, um bolo e algumas bebidas, dentre outros. A gestão de todo esse processo que se inicia na escolha do terreno da roça até o preparo dos alimentos é feita pelo grupo familiar. Entretanto, há uma roça coletiva, entre a aldeia e o rio, destinada exclusivamente aos rituais do yãkwa e lerohi, quando a mandioca é ofertada aos espíritos (yakairiti).

Outro solo relevante para os Enawenê é o Latossolo Vermelho Escuro distrófico, bem drenado e de alta porosidade, onde são plantadas as espécies mais exigentes, como o feijão fava, batata-doce,

⁹ Cabe ressaltar que as ciências pedológicas e botânica modernas não seguem a mesma forma do conhecimento dos Enawenê. Eles definem e compreendem as tipologias de solos e vegetações como sistemas entrelaçados, que servem como indicadores a sua prática agrícola, a depender da cor da terra ou da ocorrência de determinada planta.

inhame, araruta e, em especial, o milho. A roça do milho (koretokwa) é feita nas matas ciliares, distante da aldeia (cerca de 30 Km), sendo necessário fazer acampamentos, para a abertura da roça e, posteriormente, para a colheita. Ela é dividida pelos grupos familiares, mas segue a lógica residencial, uma vez que os genros ajudam os sogros nos trabalhos. O milho compõe diversos alimentos dos Enawenê e é ofertado aos espíritos e aos enore-nawe em todos os rituais.

Finalmente, há os solos Litólico distrófico, pouco desenvolvido, que ocorre em escarpas erosivas, e o Aluvial distrófico, caracterizado por ser e hidromórfico (SANTOS, 2001). Já a geomorfologia da terra dos Enawenê é basicamente de morros extensos e aplainados, que somente se tornam mais íngremes próximos aos meandros rios que os recortam. A exceção são os morros mais altos e íngremes, próximos ao Rio Jurueña, que se destacam na paisagem e têm importância simbólica para os Enawenê-Nawê, que os consideram a morada dos espíritos.

O clima é quente e úmido, sendo que de julho a outubro a temperatura atinge 37°C e durante os meses de abril a junho as noites podem ficar frias. Nesse período, é comum os Enawenê fazerem fogueiras próximas às suas redes para dormirem. A pluviometria é de aproximadamente 2000 mm anuais, concentrados principalmente entre dezembro e março, diminuindo consideravelmente de abril a agosto (SANTOS, 2001). O regime de chuvas define as práticas agrícolas, assim como o período de cheias dos rios, que rege a pesca.

Apesar de mais praticada no fim do período de cheias, a pesca faz parte do cotidiano Enawenê. Ela é feita nos rios de todos os portes, assim como em lagoas (meandros abandonados) e até mesmo em açudes artificiais, que recentemente foram construídos, mas logo foram desativados. A depender do lugar e da época, eles adotam diferentes técnicas, como o anzol, o arco e flecha, o veneno vegetal, armadilhas e barragens. Esta é a técnica empregada durante o *yãnkwa*, quando a maioria dos homens de quase todos os clãs deixam a aldeia e fazem acampamentos próximos aos rios de médio porte, e neles ficam troncos na calha e de uma margem a outra. Encaixadas nos troncos estão diversas armadilhas, que pegam os peixes.

Nesse período os Enawenê incorporam os espíritos (*yakairiti*), os quais dizem serem os responsáveis pela pesca. Os espíritos são invocados através da oferta do supracitado sal vegetal, pelo qual haveria uma troca pelos peixes. Independentemente do *yãnkwa*, a pesca ocupa uma posição de destaque na cosmologia Enawenê, não participando das relações de consanguinidade (familiar e residencial), como as roças, mas sim de afinidade, um “afim natural”. O peixe seria “um outro, um estranho”, não um agente passivo à espera de sua captura, mas um agente ativo contra o qual se deve guerrear (SANTOS, 2001, p. 76).

2.2 HISTÓRICO DOS CONFLITOS E PROCESSOS DE MUDANÇA

A guerra faz parte imaginário e da vida dos Enawenê, que se consideram guerreiros e desbravadores e relatam os saques às outras aldeias Myky, Iranxe e Nambikwara. Entretanto, os constantes ataques dos Cinta-Larga e Rikbaktsa geraram mortes e medo entre os Enawenê-Nawê, resultando em uma intensa migração nas décadas que precederam o contato com os brancos. Eles se dispersaram em acampamentos provisórios rumo ao sul, mas nesse caminho se depararam com grupos Nambikwara e

trabalhadores de linhas telegráficas e extração de borracha, que os fizeram recuar (SANTOS, 2001, p. 45).

Durante toda a primeira metade do século XX, o Governo brasileiro, sob diferentes presidências, estabelecia a política de “integração” da porção oeste do país. Na década de 1920, a expedição comandada por Marechal Rondon para o reconhecimento territorial e a instalação de linhas telegráficas, estabeleceu contato com diversas etnias ao sul e oeste dos Enawenê-Nawê. Na década de 1940, o governo criou povoados e ordenou a ocupação de terras na porção central e nordeste do Mato Grosso, além de lançar a “Expedição Roncador- Xingu”, dos irmãos Villas Boas, fazendo contato com outras diversas etnias da região (OLIVEIRA, 2016).

Na década de 1960, os governos federal e estadual concederam vultuosos incentivos fiscais para que empresas nacionais e multinacionais “colonizassem” a região. Assim, os latifúndios comprados a preços simbólicos se destinaram a projetos madeireiros, seringueiros, minerários, agropecuários e de colonização, no qual a terra era parcelada em pequenas propriedades e loteamentos urbanos. Neste período, houve um *boom* na imigração para o Mato Grosso, onde os chamados “colonos”, que compraram esses lotes, eram, majoritariamente, pessoas do Sul do país, região em que o conflito pela terra se acirrara (OLIVEIRA, 2016).

A aquisição dessas terras pelas empresas, devolutas ou não, ocorria, muitas vezes, através da venda de títulos falsos (grilagem), sobrepostos a áreas já ocupadas por indígenas ou posseiros. Ao chegarem no local, esses grupos econômicos contratavam capangas e promoviam uma sangrenta expropriação dos que ali viviam. Um chocante exemplo deste genocídio ocorreu próximo aos Enawenê, foi o “Massacre do Paralelo 11”, em 1963, quando todos os índios de uma aldeia Cinta-Larga foram assassinados por jagunços pagos por seringalistas, com a conivência do próprio Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão indigenista antecessor da Funai (OLIVEIRA, 2016, p. 176).

Na década de 1960, apesar do conflituoso contato e do avanço da “sociedade nacional” sobre as terras indígenas do noroeste mato-grossense, os Enawenê continuavam isolados. E para evitar outros contatos sangrentos ou fracassados, chegaram à região os missionários da Missão Anchieta (MIA). Em 1974, eles foram os primeiros brancos a encontrarem os Enawenê, já na perspectiva de uma assistência à saúde gradual, evitando as diversas doenças advindas do contato.

A despeito de um contato pacífico e imune de doenças, a conjuntura era de maior pressão sobre as terras dos Enawenê: no fim dos anos 1970, o Governo Federal iniciava a construção das estradas “Nova Fronteira” (vinda de Tangará da Serra até o noroeste mato-grossense) e a BR-174 (que liga Vilhena ao então distrito de Fontanilhas, atual Juína). Durante a abertura dessa última, foram encontrados diamantes, atraindo garimpeiros e a mineradora SOPEMI, que invadiu as terras dos Cinta-Larga. Não obstante, as empresas de colonização já avançavam seus empreendimentos agropecuários para perto das terras dos Enawenê e atraíam milhares de pessoas para os núcleos de Juína, Brasnorte, Sapezal e Comodoro, que viriam a se tornar sedes municipais nos anos 1980 e 1990.

Os conflitos se acirravam. De um lado, os Enawenê assassinaram topógrafos que pesquisavam suas terras, de outro, capangas de fazendeiros mataram o missionário Vicente Cañas, que desde 1974 morava na Terra Enawenê, sendo enterrado de acordo com os rituais deles. Após este evento, os remanescentes da Missão Anchieta saíram de cena, emergindo a Operação Amazônia Nativa (OPAN).

Os missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também atuavam na terra Enawenê. Estes somaram-se aos indigenistas da OPAN na luta pela demarcação da terra dos Enawenê, que os protegeria juridicamente do avanço predatório sobre seu território, seu ambiente e suas vidas.

A OPAN e o CIMI configuravam um indigenismo alternativo frente ao indigenismo assimilacionista governamental e às missões tradicionais. A atuação dessas Organizações não Governamentais (ONG's) tinha como premissa a autodeterminação dos povos indígenas além de fortalecimento de sua organização social e territorial (OPAN, 2015).

Após o processo de autodemarcação no início dos anos de 1990, a Terra Indígena Enawenê-Nawê foi homologada em 1996. Grande parte das áreas de ocupação tradicional foram incluídas, excetuando-se a zona da cabeceira do Rio Preto, considerada sagrada por eles. Atualmente, o agronegócio se territorializou nessa zona, que durante a homologação, sabidamente, possuía terras agricultáveis, ao contrário do resto da TI Enawenê-Nawê. Há, todavia, um processo no Ministério Público, resultante da reivindicação dos indígenas, defendendo a incorporação dessas terras à TI.

A homologação da TI não fez as pressões externas cessarem, mas elas mudaram de forma. Com a prática do pagamento em dinheiro, como compensação pelo avanço sobre as terras Enawenê, houve o abalo da ordem com que esse povo se reproduz socialmente. Ainda no final dos anos 1990 foi descoberta a construção de uma estrada clandestina para o escoamento de grãos das fazendas de um político da região, que ligaria Sapezal a Juína, passando dentro da TI. O fazendeiro compensou os indígenas dando barcos, motores, dinheiro e até oferecendo trabalho em suas fazendas. Os Enawenê, em especial os mais jovens, se deslumbraram com essas novas possibilidades e inclusive já planejavam montar um pedágio nessa estrada (JAKUBASZKO, 2003).

Aos poucos essas concessões do fazendeiro foram minguando, o que desgastou as relações com os Enawenê, ao passo que a denúncia dessa estrada ilegal já havia sido feita pela OPAN, culminando em seu fechamento. Nos anos seguintes, obtiveram acesso aos serviços de assistência do governo como aposentadoria, Bolsa Família e auxílio maternidade.

Não obstante, em 2003 é lançado o projeto do complexo hidrelétrico na bacia do rio Juruena, prevendo a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs) a montante dos rios que passam na TI Enawenê e que são vitais para sua reprodução social. Considerando a vultuosa compensação financeira do empreendimento, os Enawenê entraram em conflitos internos concernentes à aceitação da construção da PCH Telegráfica, assim como embates externos, como quando eles atearam fogo nas obras da mesma. Após uma longa trama que envolveu diversos atores, o empreendimento foi efetivado, acarretando, dentre outros impactos simbólicos, na sensível diminuição do número de peixes, o que condicionou os Enawenê à condição de compra de peixes para manterem seus rituais (ALMEIDA, 2010).

Portadores de dinheiro, os Enawenê mudaram bruscamente suas rotinas e mobilidade. Adquiriram várias caminhonetes, possibilitando-os o acesso diário à cidade, onde compram produtos e criam uma rede de socialização. Esse acesso é quase que exclusivo dos homens jovens, em parte devido a um maior deslumbramento destes com as técnicas e símbolos da vida urbana e, em parte, pela fixação dos velhos e das mulheres às práticas costumeiras. O maior dispêndio de tempo na cidade repercutiu na

diminuição das plantações, o que levou a uma mudança nos hábitos alimentares, com o consumo de vários alimentos processados.

A diminuição da pesca, das plantações e das incursões de coleta implica, ainda, na dificuldade em cumprir as ofertas aos espíritos, as quais todos os Enawenê continuam apegados, mesmo com a intensificação do contato com o urbano. Agora, eles passaram a comprar enormes quantidades de mel, milho e peixe produzidos em larga escala. Por outro lado, vários objetos técnicos foram apropriados na própria prática da agricultura, pesca, coleta e cozinha, como os motores dos barcos, motosserras, isqueiros, raladores e panelas de metal, linha de nylon, dentre outros.

A mudança nas práticas sociais dos Enawenê tem, contraditoriamente, como uma de suas causas a brusca inserção do dinheiro, e como consequência, a necessidade de dinheiro para se reproduzirem socialmente. Assim, eles foram à procura de meios que permitissem uma maior estabilidade financeira para toda a comunidade, e encontraram na cobrança de pedágio uma solução, fecham a rodovia que tangencia sua Terra e cobram dos veículos que ali passam. Essa cobrança é um trabalho dividido na estrutura clânica, ou seja, a cada mês as pessoas de determinado clã devem acampar à margem da estrada, e o dinheiro recolhido vai somente para seu clã.

Outra prática discutida dentro da comunidade é o arrendamento das terras para fazendeiros ou o uso de suas terras na agricultura voltada para a venda. Enquanto alguns jovens apoiam essa ideia, os mais velhos são veementemente contra. Compreender melhor o processo histórico dos Enawenê-Nawê, assim como eles se projetam em relação ao seu futuro é um esforço necessário para planejar ações sanitárias na localidade. Nesse sentido o próximo bloco buscará fazer esse movimento com enfoque nos serviços de saúde que são ofertados pelas políticas governamentais.

2.3 ACESSO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Apesar da criação do SPI, em 1910, e posteriormente, da Funai, em 1967, as ações e serviços de saúde na Terra Enawenê-Nawê eram realizados por entidades religiosas, tanto a Missão Anchieta quanto o CIMI. Posteriormente, ficou a cargo da OPAN a continuidade dos projetos indigenistas. Tal instituição atuava por meio do princípio de intervenção mínima, priorizando os conhecimentos nativos em detrimento da medicina moderna. Essa ação, construída no dia-a-dia com os Enawenê-Nawê, era baseada no entendimento de que a saúde desse povo depende diretamente da manutenção de suas práticas tradicionais intrínsecas ao ambiente (Weiss, 1998).

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Constituição de 1988, a responsabilidade pelas ações relacionadas à atenção básica à saúde foi atribuída ao Ministério da Saúde. Todavia, as prestações de serviços à população Enawenê-Nawê continuaram a ser realizadas pela OPAN.

Em 1999, através da Lei Arouca / Decreto 9.836 que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) e a criação dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's), finalmente, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assume a responsabilidade nas atribuições dos serviços de saúde aos povos indígenas. Em decorrência, o Ministério da Saúde, por intermédio da Funasa, procurou a OPAN para auxiliar na prestação dos serviços nas aldeias de Mato Grosso.

O modelo de convênios visava suprir a falta de profissionais qualificados para promover a atenção à saúde diferenciada, como preconizado na Constituição de 1988, na Lei Arouca, além da diretriz do Plano Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI) (BRASIL, 2002; 2016; JAKUBASZKO, 2013).

Assim, em 1999, a OPAN passa do modelo de voluntariado e assume, institucionalmente, as atribuições da oferta da saúde diferenciada a três etnias, sendo elas: Enawenê-Nawê e Myky/Irantxe (Manoki). Suas ações tinham o objetivo de promover/ofertar a atenção primária à saúde, considerando “às especificidades social, cultural”, através de um “modelo diferenciado daqueles oferecidos ao conjunto da sociedade nacional” (OPAN, 2013, p. 5). A atuação da OPAN na saúde indígena emerge do contexto de conquistas e marcos históricos advindos da luta e mobilização dos movimentos sociais e seus apoiadores.

Após 12 anos de convênio, a OPAN concluiu suas atividades no âmbito da saúde, passando a atribuição, em 2010, para uma Secretaria própria, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A criação dessa entidade representou a conquista dos povos indígenas pela descentralização das ações, sua estrutura organizacional é ilustrada na Figura 19 (BRASIL, 2016). Entretanto, diversos entraves na gestão desta secretaria inviabilizam a oferta diferenciada dos serviços, dentre os quais, destacam-se: a falta de formação e preparação dos profissionais sobre os aspectos culturais das populações com as quais atuam; dificuldades operacionais, como quantidade insuficiente de combustível, longas distâncias, falta de medicamentos, precária infraestrutura dos centros de saúde nas aldeias; burocratização na prestação de serviços; falta de integração, envolvimento e diálogo entre as equipes e com as comunidades atendidas.

Figura 19 - Organização do DSEI e modelo assistencial



Fonte: Portal da Saúde, Ministério da Saúde, 2016.

O Distrito Sanitário Especial Indígena que atua nos Enawenê-Nawê tem sede em Cuiabá. O DSEI Cuiabá tem extensão territorial de 2.301.034,8 hectares, perpassando 18 municípios, e promovendo

assistência à saúde a 10 etnias, totalizando 119 aldeias com diferentes características culturais e ambientais. Para a execução das ações, conta com 10 polos base que proporcionam suporte às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) (Folheto institucional DSEI CUIABÁ).

O Polo Base de Brasnorte, uma das unidades administrativas e de assistência do referido Distrito, atua em três etnias a Myky, a Manoki e a Enawenê-Nawê. A aldeia Halataikwa, possui um centro de saúde, contando com um médico, duas enfermeiras, quatro técnicos em enfermagem e um odontólogo, divididos em duas equipes que atuam em escalas de 15 dias dentro da aldeia. A equipe ainda conta com quatro Agentes Indígenas de Saúde (AIS), um Agente Indígena de Saneamento (AISAN) e um Agente Indígena de Saúde Bucal (ASB). Além de dois Enawenê-Nawê que trabalham na limpeza do posto e da casa da equipe de saúde, dois barqueiros e um motorista que atuam auxiliando as demandas do polo base.

Os AIS, ASB e AISAN são atores fundamentais que possibilitam uma ponte entre os dois modelos de saúde: o biomédico e o tradicional. As ações que desempenham, todavia, os colocam em posições de conflito e choque com sua visão de mundo, pois muitas vezes as concepções biomédicas são impostas sem diálogo ou sem incorporar os conhecimentos nativos.

2.4 ESTUDO DO CASO E MUDANÇAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nas ciências sociais, mas não só, os estudos de caso têm sido amplamente utilizados em diversas situações de pesquisa, a fim de recriarem o contexto e a sequência da evidência e investigarem a morfologia da estrutura (MILLS, 2010). Isso se mostrou particularmente útil no momento em que se revelou necessário conhecer, não simplesmente, o que faz o grupo investigado, mas como ele experimenta a "vida", a partir de seu próprio ponto de vista. No entanto, em comparação com o passado, o que mudou são os termos dedutivos da pesquisa.

As pretensões científicas, do modelo nomológico-dedutivo das ciências sociais, na verdade, há muito tempo perderam sua autoridade histórica. Elas previam que os pesquisadores se enquadrassem a uma série de procedimentos que iam desde a coleta de dados até a indução hipotética de leis teóricas e, por conseguinte, às últimas consequências derivadas de tais leis.

Nos últimos anos, a antropologia viu também mudar esta representação canônica, que previa, do mesmo modo, três fases distintas: a coleta de dados através do uso de diferentes técnicas analíticas, o seu exame e, enfim, a elaboração escrita e a produção de um texto final.

As modalidades de construção do saber antropológico se revelaram, entretanto, mais atentas às construções polifônicas de senso e do significado e aos fundamentos subjetivos e intersubjetivos do trabalho de campo. Não gravitaram somente no entorno da representação do "ponto de vista do nativo" em uma reivindicação romântica de igualdade ou em uma difícil orquestração polifônica. De acordo com Ricoeur (1977), elas se tornaram sinônimo de atividades de inscrição e, de acordo com Clifford (1988), de transcrição, nos códigos científicos finais das observações e dos diferentes conteúdos dos discursos orais elaborados nas notas de campo.

Essas mudanças ocorreram, sobretudo, ao surgimento do papel central da escrita no processo intrínseco da pesquisa em todas as suas fases e ao reconhecimento da importância do conhecimento das condições no qual ocorre o trabalho no campo.

Atualmente, o "campo" não se refere apenas à oralidade e à sua posterior transposição por escrito e, nem se apresenta como uma determinada entidade natural. Esse conceito, no seu valor polissêmico, designa tanto um espaço geográfico, ou seja, o local no qual se desenvolve a atividade dos pesquisadores, quanto o objeto da pesquisa. Não designa um recipiente objetivo e neutro, uma realidade que existe independentemente das relações entre antropólogo e nativo. Ademais é de se considerar como um terreno comum definido por negociações cada vez mais orientadas pelo projeto de redação.

Por esta razão, na antropologia, se diz que a construção interpretativa do objeto deve ser considerada artificial, produzida pela integração dos diferentes níveis e diferentes temporalidades que fundam o processo de construção de seu conhecimento.

A experiência da vida de campo, bem como os dados antropológicos que se originam prevalentemente da oralidade (no caso Enawenê-Nawê) e são transpostos por escrito, devem, portanto, serem considerados como "construções de construções" complexas e articuladas e/ou "interpretações de interpretações".

2.4.1 A escolha de uma abordagem

Sendo a produção etnográfica transformação da experiência em narrativa, conversão de exemplos em casos significativos, transcrição de documentos etc., ela, em suas áreas metodológicas, mais do que uma modalidade prática ou uma técnica, tornou-se um modo de delinear problemas.

Como afirmado por Roger Sanjek (1990,1991) pode-se dizer, no entanto, que por validade etnográfica deve-se entender a combinação de pelo menos três elementos:

- O primeiro é aquele definido pelo próprio Sanjek como "candor teórico", ou seja, o fato que os relatórios etnográficos devem conter indicações, as mais precisas possíveis, sobre as escolhas teóricas do antropólogo/pesquisador/a, seja que se trate de escolhas operadas antes de conduzir a pesquisa propriamente falando, seja que se trate das escolhas feitas no curso da própria pesquisa.
- O segundo elemento é constituído pela descrição do caminho seguido pelo antropólogo/pesquisador/a durante a pesquisa. Quanto mais o/a pesquisador/a é capaz de explicar os meios de acesso às informações, a variedade de seus interlocutores, o tipo da relação social entretida com a população estudada, mais a sua etnografia resultará válida e, portanto, confiável.
- O terceiro elemento, enfim, consiste na explicação da relação entre as notas de campo e o texto do relatório etnográfico. Tal narração não é para ser entendida em termos de quantidade, mas de coerência, compatibilidade e causalidade. Um relatório etnográfico, para ser julgado válido, deve conter indicações sobre como, a partir das anotações feitas no campo, foi possível passar aos argumentos contidos no texto etnográfico.

Estabelecidos os vínculos da pesquisa (que estrutura o PNSR), esses três elementos seriam, portanto, aqueles sobre os quais se baseia a pretensão de validade do nosso relatório etnográfico. São esses que, de fato, decidem se a nossa relação etnográfica é fundada mais ou menos sobre um método capaz de suportar aquilo que a própria relação quer afirmar.

No que diz respeito ao primeiro, o "candor teórico", podemos dizer que o encontro inicial no campo teria ocorrido previamente à presença física no lugar. Esse é um momento interno, que já forma intelectualmente os pesquisadores por uma certa literatura antropológica e outros pré-textos e relatórios (questões norteadoras¹⁰ e outros roteiros desenvolvidos em outras pesquisas). Tais textos, liminares, necessariamente parciais, constituiriam a forma inicial de compreensão e serviriam de fonte inspiradora para a construção das fases subsequentes da pesquisa.

Durante a fase preparatória (desenvolvida em Belo Horizonte, em grupo, inicialmente de seis pessoas), baseamo-nos a essas leituras, e decidimos dividir, uma vez no campo, as fontes dos nossos dados em duas diferentes categorias: a) dados não problemáticos e; b) problemáticos. Sabendo que isto seria um artifício técnico e que na extensão final do texto não poderíamos separá-los desta forma.

Os primeiros (não problemáticos) teriam sido definidos como tais, não em razão da sua pouca relevância/importância, mas pelo contrário, porque eles existem independentemente da sua inscrição nas formas convencionais de escritura, capturadas através das construções conceituais antropológicas (notas, modelos, esquemas, questionários, entrevistas etc.).

Os dados não problemáticos, teriam feito referência a questões tais quais:

- situação dos recursos hídricos da área;
- situação geral das infraestruturas higiênico-sanitárias;
- a densidade demográfica sustentável, em função dos excrementos/dejetos;
- as conexões de esgoto e acesso ou não a tratamentos às redes de esgoto;
- acessibilidade ou menos ao tratamento in loco de resíduos;
- o destino das águas residuais;
- uso e acesso eventual às tecnologias;
- condições de salubridade ambiental (em termos biomédicos);
- etc.

Os segundos, os dados problemáticos, mais complexos, sabíamos ser mais difíceis de compor, querendo, através deles, traduzir o contexto e falar, no seu sentido mais amplo, do "saneamento", para os Enawenê-nawê.

No que diz respeito a estes últimos, a fim de orientar o processo de coleta de dados, adotamos, na fase preparatória, em uma livre interpretação, alguns conceitos da Grounded Theory (GT), tais quais os de sensibilização. De acordo com Charmaz (2009), tais conceitos permitem fornecer as principais ideias a serem investigadas e sensibilizar o pesquisador/a sobre os tipos de perguntas a serem feitas aos vários interlocutores. Usamos princípios da GT também em algumas outras fases da pesquisa. A

¹⁰ Esse material pode ser visualizado no Apêndice B.

coleta dos dados, a análise dos mesmos e a construção de novas entrevistas foram, por exemplo, feitas através de um processo interativo, mutuamente informado, de modo a ser responsivo aos temas e aos conceitos emergentes. Nesta perspectiva, a nossa principal tarefa teria sido aquela de explicitar os significados emergentes da interação etnográfica, ou seja, no acordo que se estabelece entre os sujeitos dialogantes.

Considerando que os horizontes de pertença (linguagem, conceitos, hábitos etc.) seriam, em teoria, distantes dos nossos (pelo menos mais do que em outros lugares em precedência estudados), sustentamos a proposta teórica “sensibilizante” e começamos a discutir a formulação das primeiras perguntas baseadas em algumas temáticas éticas e epistemológicas, envolvendo que a atenção à saúde é de responsabilidade do Estado¹¹, mas nós devemos nos perguntar se temos ao menos (e em qual medida) o direito de impor uma visão do mundo através da técnica. Embora o problema da dominação dos conhecimentos não seja novo, essa controvérsia nos pôs defronte a questões de vários tipos. Eis uma lista sucinta:

- Em que termos, com referência ao saneamento, precisamos refletir sobre a distância entre os mundos?
- Como opera o encontro dos saberes (biomédico/sanitário - autóctone)?
- Como pretendemos implementar as bases e atuar a nossa pesquisa impor/ expor nossa visão? Defender a visão deles?
- Consideramos útil (ou não), procurar um meio termo? Quais, neste caso, as implicações epistemológicas e práticas?
- Como, eventualmente, identificar mediações e mediadores?
- Podemos pensar como poderia ser uma "intervenção mínima"?

Como consequência dessas reflexões, juntamente e como complemento da observação direta, nossa pesquisa partiria de algumas questões-guia, sob forma de entrevistas abertas e semiestruturadas, focadas nas relações dos participantes com seus ambientes, suas experiências pessoais nas áreas e suas próprias opiniões sobre a possível implementação de estruturas.

As entrevistas, não foram concebidas/entendidas unicamente como instrumentos úteis para recolher "fatos", mas organizadas/planejadas também como experiências, nas quais os pesquisadores seriam acompanhados pelos interlocutores no contexto ambiental. Desta forma, teríamos observado e participado de uma ampla gama de atividades relacionadas ao uso diário da água (beber, cozinhar, limpar, banhar-se etc.), às práticas comportamentais ligadas à higiene pessoal e aos resíduos.

Conicionados à falta de domínio da língua e pela discriminante de gênero, decidiríamos interromper o proceder das entrevistas e das observações com base no grau de "saturação". Referimo-nos a ele quando os dados se tornam redundantes, ou seja, em qualquer direção que sigamos para a sua coleta, somente encontramos a confirmação das categorias e das propriedades anteriormente expostas.

¹¹ “A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelece que as prioridades ambientais para uma política de atenção à saúde para essas populações devem contemplar a preservação das fontes de água limpa, a construção de poços ou a captação de água superficial... (SESAI, 2014)”.

Querendo mostrar a processualidade da construção do conhecimento antropológico, rastreando o conjunto de circunstâncias no qual o trabalho ocorreu, incluindo aquelas tradicionalmente mascaradas, que nos obrigaram a corrigi-las, devemos referir que a tentativa de calibrar e harmonizar o grupo, durante sua fase inicial, seria falida. Diversas sensibilidades e alquimias interpessoais pouco harmônicas teriam sugerido a redução para três o número efetivo de participantes da pesquisa.

A pesquisa seguiu as normativas e diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169, obtendo autorização de ingresso na Terra Indígena Enawenê-Nawê, pelas lideranças do povo Enawenê-Nawê em dezembro de 2017 e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 23 de janeiro de 2018, processo nº 08620.013148/2017-75.

2.5 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ALDEIA

A OPAN desempenhou um importante papel ao acompanhar e auxiliar o processo de contato dos Enawenê-Nawê com a sociedade envolvente. Assim, todo o acesso a bens e serviços era promovido pela OPAN, que se opunha e restringia a inserção de utensílios, ferramentas e objetos não indígenas. A intervenção mínima – termo inicialmente cunhado pela saúde, significando um respeito à medicina tradicional em detrimento da ocidental -, pretendia blindá-los do avanço desses processos, visando manter a estabilidade social.

As críticas a esse modo de gerir a relação EN-sociedade nacional reside, não somente na errônea previsão de que seria possível blindar um povo frente à produção hegemônica do espaço do entorno, mas também, no fato de que as ditas "benéficas da modernidade", ou seja, os objetos decorrentes do avanço tecnológico, não deveriam ser utilizados pelos EN. Um funcionário que trabalhou nesta época relatou o contexto de precariedade e dificuldade em que a equipe de saúde atuava, por não poder incluir instrumentos de trabalho que eram desconhecidos para os EN, além da alimentação que não contava com nenhum utensílio ou vasilha não-indígena.

Em uma reflexão retrospectiva sobre a atuação da OPAN, TIEN_01¹² mencionou-nos alguns "erros" do passado. Comenta que deveriam ter focado menos em blindar os Enawenê-Nawê, e mais em educá-los para a inevitável intensificação do contato com os "brancos". Depois que a estrada clandestina foi aberta por fazendeiros, em 1997, o contato "*não foi mais gradativo, foi um "boom", [...] foi devastador...*"¹³. A partir daí a organização social e o ambiente dos Enawenê-Nawê passaram por bruscas mudanças. A referida funcionária ainda complementou que:

"Depois que teve a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), que ainda foi pior. Eles falam que compensam o impacto. Mas o impacto do impacto fica com o Enawenê" (TIEN_01).

Por outro lado, seu desempenho na promoção da saúde tem sido elogiado, pois, o modelo de atuação da OPAN era integrado às dinâmicas culturais, aproveitando-as. Em sua narrativa, cada espaço dentro

¹² A adoção da codificação visa resguardar o interlocutor, diante do pacto de confidencialidade estabelecido entre os entrevistadores e o entrevistado.

¹³ Neste relatório será adotada a formatação itálica e entre aspas para expressar a fala dos interlocutores.

do território é um local de conhecimento, seja com os homens nas barragens, com o acompanhamento do trabalho dos pajés ou a socialização das mulheres em suas atividades. Dessa forma, a organização compreendia a saúde de maneira integrada, ao considerar que as práticas tradicionais estão diretamente relacionadas com o bem-estar da população. TIEN_01 finaliza a entrevista destacando que as pessoas precisavam *“aprender que existem outras formas de vida, de viver e viver bem”*.

A OPAN também promovia a formação de profissionais de saúde, através de cursos linguísticos, de conhecimentos em antropologia e de um panorama sobre os mitos de cada etnia onde eles atuavam. Somado a isso, também consideravam um tempo de inserção e adaptação do profissional na comunidade antes de exercer suas funções de trabalho.

Em contrapartida, a SESAI, *“trata a doença”*, focada em remediar as enfermidades, sem trabalhar as suas causas. *“A SESAI tem que estar aberta a essa troca de conhecimentos. Ela fala que faz [saúde diferenciada], mas são só metas”* (TIEN_02). Essa foi uma queixa recorrente dos profissionais da equipe multidisciplinar, ao relatarem a meta de cumprir, por escala, o atendimento de 126 pacientes. Deve-se salientar que, para cada paciente atendido, é realizado o preenchimento de três relatórios: um que é entregue ao paciente, um que fica nos documentos do posto e outro que deve ser entregue ao Polo Base. Em suma, o atendimento integrado foi transformado em um atendimento burocrático e normativo, que fragmenta e limita a liberdade das ações da equipe.

Nessa lógica, o próprio posto de saúde modifica as ações, pois, perde-se a integração com os espaços de compartilhamento de saberes e as centraliza em único lugar. O resultado é a inadequada e desenfreada medicalização do paciente, não conhecendo-se as reais causas do adoecimento, num descompasso e anulação dos próprios sistemas de doença e cura promovidos pelos pajés.

O cargo de presidência da SESAI, assim como de coordenação dos distritos sanitários, são indicações políticas, fazendo parte dos interesses de partidos políticos, resultando em pessoas despreparadas para o cargo que exige sensibilidade e experiência. As dificuldades se estendem na falta de continuidade nas ações devido às mudanças de funcionários, seja de coordenação por interesse político ou da equipe multidisciplinar que não se adapta às condições de trabalho dentro das aldeias.

Apresentaremos duas narrativas que ilustram a incompatibilidade do discurso com respeito às especificidades socioculturais dos Enawenê-Nawê com o que é, de fato, realizado na prática. O primeiro exemplo se refere à não inclusão da organização social clânica dos Enawenê na contratação de AIS:

“Eu sou uma etnia, ele outro, ele outro... já tem quatro grupos, faltam cinco [grupos clânicos]. Esse ano vai todo mundo para a pescaria, só eu vou ficar aqui [referindo-se aos demais AIS], no próximo ano todos os quatro irão, não ficando nenhum AIS na aldeia” (TIEN_03).

O segundo aponta a imposição do modelo trabalhista proposto pelo DSEI Cuiabá: “Nosso chefe do distrito falou assim: AIS não vai sair [referência ao período que saem para o yãnkwa]. Aí, é difícil para nós também. Ele quer nos proibir de pescar. Aí, nós pensamos: Por que é proibido? Temos criança para alimentar com o peixe e para oferecer ao espírito” (TIEN_03).

Os agentes indígenas de saúde recebem um salário mínimo, apontando que o valor é pouco frente à quantidade de pessoas que a aldeia possui e para realizarem as demais demandas da EMSI. A remuneração desses agentes é um fator que cria diferenciação em relação aos outros enawenê, gerando “ciúmes” do dinheiro entre eles. Somado a isso, todas as ações e tarefas relacionadas a saúde e saneamento são cobradas e transferidas aos agentes por possuírem remuneração para tais funções. Assim, os AIS e AISAN não conseguem realizar mobilizações e adesões às ações no âmbito da educação em saúde. Um AIS relatou que já solicitou que cada família se responsabilizasse pelo seu lixo, realizando a limpeza e a queima, obtendo como resposta de um Enawenê:

“– Não. Nós não é AIS, não é AISAN, nós não trabalhamos. Vocês trabalham, vocês recebem” (TIEN_03).

Em relação aos profissionais da EMSI, também foi destacado que o salário e o tempo despendido não são considerados adequados. Os técnicos, enfermeiras e odontólogo possuem um regime de trabalho de 40 horas semanais, distribuídos em escala de 15 dias dentro da Aldeia e cinco dias no polo base, no qual realizam atividades administrativas. Dentro da Aldeia, a carga horária extrapola o regime de horas preconizado, sendo assediados o tempo todo pelos enawenê, seja para atendimentos noturnos, ou pelo trânsito de curiosos que ficam expiando a rotina da equipe dentro da casa na janela e porta da cozinha. Essa dinâmica sobrecarrega os profissionais e torna exaustiva a estadia dentro da aldeia, sendo recorrente ouvir as seguintes narrativas

“parece que eles [Enawenê-Nawê] sugam a gente”; “quando chegam os três últimos dias do término da escala, ficamos todos ansiosos para ir embora, ninguém aguenta mais...” (TIEN_04 e TIEN_05).

A infraestrutura da casa onde a equipe dorme/cozinha/trabalha (Figura 20), também é um fator a ser considerado por sua precariedade. Por exemplo, não há energia elétrica na aldeia, assim, um gerador é ligado somente 6 horas por dia - três na parte da tarde e três na parte da noite. Tal condição acelera a deterioração dos alimentos, principalmente das carnes no freezer que ficam descongeladas, susceptíveis à proliferação de bactérias. Ao logo da escala, quase todos os integrantes da EMSI (como nós) foram acometidos com recorrentes diarreias e problemas intestinais resultantes das condições insalubres do local.

Figura 20 – Casa que a EMSI reside durante a escalda na aldeia, respectivamente quarto feminino, cozinha e banheiros



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

O quadro abaixo expõe o contexto de dificuldades que a EMSI rotineiramente vivencia a cada escala. Optamos por situar a história de forma narrativa no quadro para contextualizar o leitor e inseri-lo na experiência vivida pela equipe de campo, além de realizar questionamentos pertinentes ao acontecido.

O caso do motor
<p>Eis que se rompe a corrente do motor que bombeia água para a Aldeia e para o posto/ casa da equipe de saúde. Frente ao aviso da situação, os Enawenê que estavam conosco não se importaram, mas nós e a equipe já nos mobilizamos para resolver a situação. A primeira ideia foi fazermos uma vaquinha para comprar uma correia em Vilhena, aproveitando a carona de algum enawenê que iria no dia seguinte. Em um segundo momento, a equipe se deu conta de que a manutenção das estruturas e a compra de materiais é obrigação do Polo Base, e que os custos não deveriam, mais uma vez, incidir sobre os trabalhadores em saúde. Assim, desistimos da vaquinha e pedimos para os Enawenê que, em Vilhena, ligassem para o Polo Base e pedissem a correia. Nesse momento, o AIS nos informou que havia acabado o óleo do motor-gerador da nossa casa e que também ficaríamos sem energia (a casa possui uma bateria, mas que rotineiramente para de funcionar). A equipe de saúde reclamou da falta de comunicação do AISAN, que lida com esse gerador e não avisou que o óleo estava acabando. O problema de ficar sem energia não é a falta de visibilidade, pois todos possuem celulares e lanternas para a iluminação. Mas, sem energia, o freezer não funciona, deteriorando a qualidade das carnes e outras comidas. Diarreia, entre os que lá trabalham, é costumeira. A técnica em enfermagem contou que de outra vez que isso aconteceu eles fritaram todas as carnes de uma vez. O mal-uso do motor nos traz a seguinte questão: há que se insistir com os AISAN, cargo volátil, que possuam conhecimentos práticos na lida com motores e geradores? Não seria mais fácil que o Polo Base tivesse um técnico em saneamento? Entramos em uma encruzilhada quando descobrimos que o cargo existe, mas ninguém apareceu para preenchê-lo.</p>

2.6 CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ALDEIA HALATAIKWA

2.6.1 Resíduos Sólidos

Nos primeiros dias na Aldeia Halataikwa sempre éramos abordados por alguns Enawenê perguntando o que fazíamos ali. Respondíamos, e eles, de imediato, discorriam sobre o incômodo com o acúmulo de lixo na Aldeia e nas casas. O atual cenário é novidade para os Enawenê-Nawê, uma vez que a aceleração do contato e o intenso deslocamento para as cidades propiciou o consumo de produtos processados que, além modificarem a dieta alimentar, tornam-se resíduos.

“- O problema mais sério para mim é lixo. Tem muita comida de branco que está chegando aqui porque a quantidade de peixe está diminuindo e o número de população subindo” (TIEN_06).

O subproduto da mandioca, descartado em todo o entorno da aldeia, é uma específica preocupação dos Enawenê-Nawê, pautada, inclusive, na reunião com os chefes clânicos, e sempre mencionada pelo

nosso interlocutor. As moscas, baratas e ratos atraídos por essa substância desagradam a todos, principalmente por serem vetores de doenças e atraírem cobras:

“- O que é mais problema é o da mandioca, tá tendo muito mosquito. Porque jogam em torno de 50 metros da casa, dando bichinho, aquele é mais complicado [...] isso é o mais importante, é o que mais precisa” (TIEN_07).

Houve discussão sobre a possibilidade de abertura de valas para a disposição destes resíduos, mas, na cultura Enawenê, os restos de comida não podem ser enterrados, devendo estar disponíveis aos espíritos. Para solucionar o impasse, um enfermeiro que trabalhava com os Enawenê-Nawê idealizou um projeto que previa a implantação de tubos de maior diâmetro, cuja extremidade próxima da casa ficaria tampada, que transportariam esse resíduo até o rio. Ainda não houve estudos para atestar a viabilidade deste projeto e os subprodutos da mandioca e milho continuam a ser descartados no entorno da casa.

Durante a visita do técnico da vigilância ambiental, três Enawenê cobraram a dedetização das casas, pois a quantidade de baratas e moscas os estava incomodando. As baratas são vetores de doenças, e transitam nos alimentos que ficam expostos no jirau das casas, e, quando as pessoas estão dormindo, elas podem entrar em seus ouvidos. Estes casos são rotineiramente relatados pela equipe de saúde, e foi observado um atendimento dessa natureza durante a estadia da equipe na aldeia. O processo de retirada é doloroso, através da lavagem e sucção com água fria.

O supracitado incômodo dos moradores de Halataikwa com o acúmulo de resíduos se prende a questões materiais imediatas, sejam elas estéticas (a Aldeia fica mais feia) ou relacionadas à saúde (o lixo pode trazer doenças). E, portanto, no plano simbólico, o lixo não parece ofender espíritos ou divindades, uma vez que seu acúmulo é atribuído à atualidade, é "coisa de branco", "os espíritos não conhecem/não sabem de lixo".

Pesquisadora: - Tem algum lugar que é proibido jogar lixo, ou que o espírito fica bravo?

TIEN_06: - *Não, se jogar lixo não tem espírito bravo, não. Isso é cultura de branco, não cultura da gente. Quando tem peixe, roça é cultura da gente (...).*

Quando questionados sobre uma solução para o lixo que se acumula, sugerem a instalação de três lixeiras por casa (uma na entrada, outra no meio, e outra nos fundos). A instalação, porém, é delegada à SESAI, enquanto, coletivamente, há pouca movimentação para a resolução dessa questão.

A varrição do ambiente interno (Figura 21) e da área dos fundos da residência é realizada pelas mulheres. Em alguns casos há distinção entre o que é "resíduo da cultura", como restos de madeira, palhas; e o que é "resíduo de branco", como plásticos e papel, sendo estes, queimados na fogueira (utilizada para cozinhar) e os demais são varridos, colocados em bacias e despejados fora da maloca. Em outros casos todo o resíduo da varrição é juntado e descartado fora da residência sem nenhuma distinção.

Figura 21 – Resíduos da varrição dentro das malocas, em seguida serão colocados na bacia ao lado na esquerda



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Nas falas dos entrevistados, seja individualmente ou no núcleo familiar, as pessoas não assumem a responsabilidade pelo lixo produzido, delegando essa função, exclusivamente, ao AISAN, por ser remunerado. Ele realiza a coleta de alguns resíduos do pátio e da área externa, aleatoriamente, colocando-os em um único tambor (Figura 22) para a queima. Também são coletados e queimados por ele, os resíduos do posto de saúde e da casa em que reside a equipe de saúde.

Figura 22 – AISAN coletando os resíduos do tambor



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Em nossas conversas, várias pessoas reconhecem que o trabalho do AISAN é demasiadamente intenso para ser realizado somente por uma pessoa. Entretanto, nossa ida ocorreu logo após dois outros AISANs terem sido demitidos, por “denúncias” dos próprios Enawenê junto ao Polo Base (contratante) de que eles não trabalhavam corretamente (a coordenadora do Polo Base nos informou que o

preenchimento dessas vagas ocorreria em breve). Alguns ponderaram conosco que somente a educação/conscientização das pessoas quanto ao hábito do descarte aleatório surtiria efeito frente ao problema do lixo.

Ao considerar a quantidade de resíduo descartado pela população, realizamos o levantamento dos tipos de resíduos orgânicos e inorgânicos encontrados na Aldeia. Foi observada a existência de pontos preferenciais onde os materiais são enterrados e outros onde são simplesmente jogados. O descarte ocorre na maioria das vezes, ao redor da aldeia distando até cerca de 150-200 m dos fundos das casas. Ao longo de nossa caminhada pela roça, que se estendeu por mais ou menos 2Km, não foram detectados, senão esporadicamente, qualquer tipo de resíduos. Vento e chuva contribuem para que esses materiais sejam espalhados.

Os materiais inorgânicos¹⁴ mais encontrados são: embalagens de plástico, mistas e de papel, garrafas PET, resíduos volumosos, frascos de remédios e pilhas. Entre os orgânicos, foram encontrados restos de comida, resíduos do milho e da mandioca. Esses últimos são jogados em grande quantidade e regularidade em função da produção alimentar. Em caminhadas nos fundos de cada casa é possível observar poças desse descarte, ilustrados pela Figura 23.

Figura 23 – Rejeito da mandioca e milho ao entorno da aldeia



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

¹⁴ A lista completa da relação encontrado no dia 05 de fevereiro inclui: papel de bala, plástico, canudinho de pirulito, garrafas de várias dimensões, aerosol de alumínio, pilhas de várias dimensões, tampinhas, pedaços de lona, panos, roupas, papelão, embalagens mistas (laminada e plástico), algodão, saco de feira, pedaços de azulejo, tijolos, papelão de remédio, pasta de dente, isopor, vários tipos de galões, latinhas de refrigerante, fios soltos, vidros de remédios, 6 baterias grandes, fraldas, chinelos, embalagens de óleo de motor, velhas panelas, ferros velhos, corda, pedaços de motor, vassouras, cabo de plástico, lata de metal, sapatos.

Até o momento de classificar os resíduos como descartáveis ou não é complexo, podendo gerar uma conceitualização inapropriada, sendo esta divisão construída em função da utilidade. Por exemplo, as mulheres reutilizam embalagens e rótulos retangulares como vestimentas presas ao cinto para cobrir a genitália (Figura 24). Há reutilização de garrafas PET para o consumo de chicha, em casos de viagens, e transporte de água pelas mulheres.

Figura 24 – Meninas voltando do banho utilizando embalagens de plástico presas ao cinto feminino



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Os profissionais do polo base estão discutindo com os municípios limítrofes às aldeias de sua gerencia, a criação de parcerias com o intuito de promover a coleta dos resíduos que estão se acumulando nas terras indígenas. Ainda não chegaram a um consenso porque muitas terras indígenas fazem limites com mais de um município. Por exemplo, a TI Enawenê-Nawê faz limite com três municípios, Comodoro, Juína e Sapezal; o polo base localiza-se em Brasnorte, havendo deslocamento frequente dos Enawenê até a cidade de Vilhena, em Rondônia.

Ação em educação em saúde

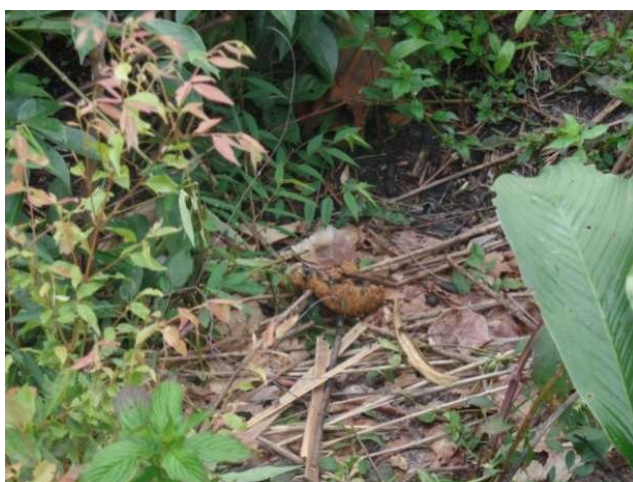
A cada escala, a equipe de saúde deve promover um momento de educação em saúde, em que apresentam à comunidade algum assunto concernente às práticas preventivas. Não coincidentemente, no período em que estivemos na Aldeia, o tema da educação em saúde era "lixo". A equipe teve que bancar do próprio bolso a produção de quatro cestos feitos por um Enawenê. Esses cestos foram instalados em três pontos da aldeia e um no posto de saúde, e serviriam para mostrar às pessoas a importância de jogar os resíduos em pontos para a coleta. Infelizmente, os cestos encomendados não eram do mesmo tamanho que os sacos de lixo, mas nos três dias seguintes em que estivemos na aldeia, eles ainda funcionavam.

Em seguida, foi feito um mutirão de coleta dos resíduos espalhados na Aldeia. Além da equipe de saúde, dos AIS e do AISAN, participaram alguns poucos adultos e muitas crianças, que encaravam esse momento também como uma brincadeira. Outro mutirão como este já havia sido realizado pelos professores e crianças de Halataikwa, como parte de um programa da Secretaria de Educação. Apesar do considerável volume de lixo coletado, esses mutirões não são suficientes para limpar a aldeia. Entretanto, espera-se que momentos como esses sirvam para incentivar os Enawenê-Nawê a construir pontos de coleta e criarem o hábito de jogar neles os resíduos. Mas o que vimos é que essas ações são pontuais e fragmentadas de uma atenção em saúde construída no dia a dia junto da comunidade.

2.6.2 Esgotamento Sanitário

As práticas fisiológicas são realizadas ao redor da aldeia, a uma distância aproximada de 50 a 200m. O que significa que mais ou menos todos os dias, 400 pessoas (estimativa) resolvem as próprias necessidades nesse espaço. Os adultos levam um machado para o mato, com o qual fazem um buraco onde as fezes são enterradas. Em contrapartida, as crianças se aliviam em qualquer lugar, sem realizar nenhuma cobertura das fezes (Figura 25). Na ocorrência de chuvas consistentes, os dejetos são transportados até os cursos d'água, tornando a água imprópria para consumo humano.

Figura 25 – Foto de fezes descoberta no entorno da aldeia



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

As meninas ficam reclusas em casa após a menarca, sendo obrigadas a realizarem suas necessidades fisiológicas ali mesmo, no interior. Mesmo sem compreender o português, ao perceber que perguntávamos sobre essa situação, as mulheres foram didáticas: em meio a risos de quem explica o óbvio, uma delas pegou um pau pontudo, abriu o buraco e depois o tampou, demonstrando não somente a técnica empregada, mas também a naturalidade de algo que pode parecer anti-higiênico, mas que nunca as incomodou.

Não foi relatado pelos entrevistados e/ou observado a existência de espaços definidos entre homens e mulheres para a defecação ou o cuidado com as áreas próximas ao rio. Assim, as necessidades fisiológicas são realizadas e satisfeitas naturalmente. Foi possível visualizar momentos nos quais nossos interlocutores masculinos se afastavam do grupo ou da equipe, em direção ao mato, para a realização das necessidades. Do mesmo modo, ao acompanhar as mulheres no momento do banho e captação da água no rio, no caminho, uma mulher disse para as outras: "alocohanã" ("xixi"), se distanciando do grupo, indo em direção ao mato.

Entre as práticas geradas pelo aprendizado imitativo e pelas interiorizações das condutas e das técnicas corporais, pode ser incluída a limpeza da bunda. Existe uma técnica específica para essa limpeza, através da quebra de um galho, utilizando a parte interna da planta. A limpeza da mão, quando realizada, é feita amassando folhas do mato. Também há relatos de que logo após a realização das necessidades toma-se banho.

Ao considerar que a estimativa populacional é de aproximadamente 900 pessoas defecando a céu aberto, tem-se a pressão constante no espaço tornando-o insalubre. Assim, a contaminação do solo é um fator relacionado ao contínuo adoecimento, principalmente das crianças que ficam em contato direto com ele, seja para se alimentarem ou para as brincadeiras. A coordenadora do polo base mencionou, em entrevista, que há borrifação de hipoclorito de sódio no solo e nas casas, mas a regularidade dessa prática não é suficiente para resolver o problema. Como consequência desse fato, os Enawenê-Nawê manifestam várias patologias gastrointestinais, sendo constantemente medicados pela equipe de saúde. As profissionais de saúde relatam que chegam a encontrar nove tipos diferentes de parasitas intestinais em uma única criança.

Esse cenário faz com que a maioria dos Enawenê-Nawê anseie a construção de banheiros na Aldeia. Em conversa com os nove chefes clânicos (Figura 26), houve uma intensa discussão sobre a necessidade de construção dos módulos sanitários, localização, arquitetura, quantidade e composição dos banheiros.

Figura 26 – Reunião com os nove chefes clânicos no pátio da aldeia

Fonte: Tirada por Manaxi. Acervo do PNSR, 2018.

Uma discussão sobre o conflito geracional

O fortalecimento das lideranças mais velhas/chefes/caciques é o ponto de partida para continuar a legitimar e respeitar a organização social deles, ainda que sejam os mais jovens que tenham o domínio do português. O relacionamento com o "outro" gera, todavia, uma relação privilegiada, que pode ter como consequência uma ruptura nas hierarquias existentes. Como exemplo, vivenciamos uma situação em que um de nós passava em frente a uma das casas, sendo chamado a entrar, e a sentar-se em um pequeno tronco, junto ao avô, netinhos e a um jovem deitado na rede. Depois de uma breve apresentação e poucas palavras, o diálogo continuou:

- "Esse cocá é bonito", apontou o pesquisador.
- "Ela vai te dar de presente", respondeu o jovem depois de conversar com a moça.
- "Obrigado", respondeu. Então ele tirou uns óculos da mochila e disse:
- "Então te darei isso". E deu os óculos ao jovem, achando que ele fosse o neto do dono da casa, e talvez fosse. Isso demonstra que a interação entre pesquisador e entrevistado é parte ativa do processo. Mesmo porque o hipotético avô disse, com palavras traduzidas pelo mesmo jovem:
- "Ele não vai te dar mais o presente". A moça, então, falou com autoridade para o jovem e para o pesquisador para que ele pegasse o cocá, desrespeitando o velho.

Diferentes significados podem ser atribuídos a esse episódio: 1- que o interlocutor privilegiado é quem tem o domínio da língua, sempre os homens e geralmente os jovens. 2- A presença do pesquisador gera uma competição, de quem se relacionará com ele. 3- Que a falta de recíproco conhecimento gera situações constrangedoras. 4- Enfim, se vamos multiplicar exponencialmente esse contato intercultural, as consequências são imagináveis.

O desejo de construção das estruturas sanitárias foi relatado desde a primeira visita da equipe. Nesta ocasião, nosso interlocutor mostrou, através de um desenho no chão, que os dejetos da comunidade vão para os rios e riachos nos dias de chuva, contaminando-os. A partir desse momento, nossa pesquisa foi vinculada a um projeto que promoveria a implantação de sanitários na aldeia.

No contexto de povos de relativo isolamento, a prática da defecação a céu aberto é adequada quando relacionada ao hábito de deslocamento das aldeias para outros lugares, dentro do território (WEISS, 1998). A intensificação do contato e conseqüente sedentarismo atrelado ao progressivo aumento populacional, resultam no discurso da necessidade de construção de banheiros para sanar as recorrentes diarreias e verminoses que acometem toda a população. Apesar de a maioria afirmar que quer a construção de banheiros, alguns nos fizeram indagações pertinentes sobre a real eficácia de um banheiro, como: “Vocês vão concentrar todo o cocô em pontos específicos e ainda fechar com paredes? Vai ficar fedido!”

Em relação à localização da estrutura sanitária, relataram que poderia ser construída nos fundos de cada maloca, seguindo a mesma lógica de implantação dos chuveiros e torneiras. Contudo, o número de banheiros deve se adequar a quantidade de pessoas residentes em cada casa. Outra opção sugerida por um dos chefes foi a construção, por maloca, de estruturas semelhantes a vestiários, com vários compartimentos, alguns com chuveiros e outros com sanitários (Figura 27)

Figura 27 – Desenhos das sugestões de estruturas sanitárias semelhantes a vestiários



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

O debate sobre a atribuição da responsabilidade de manutenção e limpeza dessas estruturas foi transferido à SESAI. Eles se eximam de contribuir financeiramente ou com a manutenção das estruturas. A limpeza seria realizada por uma pessoa contratada da mesma maneira que um Enawenê foi contratado para a limpeza da casa em que reside a equipe de saúde.

Um dos entrevistados sugeriu que, antes da construção das estruturas, fossem implantados alguns modelos para avaliar e testar a apropriação e uso dos módulos pelos Enawenê-Nawê. Principalmente,

ao se considerar que não houve consenso sobre a quantidade, atribuições de responsabilidades sobre a manutenção e modelo de banheiros que desejam receber. Mas essa é também uma ideia arriscada, considerando que a implantação de poucas estruturas pode não respeitar a divisão clânica e de não ser compatível com o número de pessoas que desejem utilizá-las, condenando-as ao fracasso.

Em conversa com uma funcionária do Polo Base foi relatado o abandono dos módulos sanitários construídos em outras aldeias da região por falta de manutenção. Tais estruturas se tornaram foco de contaminação e doenças à população. Na mesma linha de raciocínio, o coordenador da OPAN, em entrevista, diz que “não avançaria” com o projeto de banheiros, na ideia de “melhorar aquilo que eles já têm, e não vir com uma outra estrutura” de fora, mas sugere que:

“.. eventualmente, na escola, no posto de saúde, para você ter um banheiro ali. Vai aprendendo dali para fora. Você teria que ter uma superlimpeza, para saber como funciona. Já que eles têm nojo disso, então que a limpeza seja padrão, a higiene seja padrão. Porque ele tem nojo, então ‘hum, isso fede e se fede, não é bom, se cheira mal, não é bom.’ [...] seria um processo educacional muito importante. Essa consciência, essa conversa... Aí tem que ver de que forma, pedagogicamente, naquele sistema você consegue chegar êmicamente, lá dentro, né... Tanto a mulher que não fala português, o menino que não fala português, compreendam o que está acontecendo.” (TIEN_08).

Diante do contexto explicitado, pré-condição para uma intervenção de sucesso é a utilização de soluções adequadas às condições locais, ou seja, flexíveis. Deve-se pensar algo que fuja de um padrão nacional e que leve em consideração a opinião e a discussão contínua, trabalhando dentro da organização social e hierárquica existente dentro da cultura Enawenê-Nawê. O banheiro é uma estrutura exógena, assim, os indígenas não possuem o hábito de utilizá-lo, bem como os asseios e cuidados necessários para a sua manutenção. Em entrevista com uma personagem de grande experiência com os Enawenê-Nawê destacou-se que.

"todas as construções tradicionais dos Enawenê-Nawê, ao serem erguidas, são conectadas com o plano simbólico/espiritual, ou seja, da necessidade dos yakairiti, como as barragens e malocas são associadas ao ritual do Yãnkwa. Os banheiros não são exigências dos espíritos, eles querem casas para residirem" (TIEN_02).

O sedentarismo

O histórico do deslocamento que eles tiveram ao longo dos anos, marcado pelo confronto com outros grupos étnicos e com as frentes de expansão (seringueiros, garimpeiros, fazendeiros), foi utilizado como justificativa dos seus constantes deslocamentos no passado. A atual "pacificação" entre os diferentes grupos étnicos foi apresentada como justificativa da permanência. Além disso, após a demarcação de terra, houve a delimitação do território.

Desde tempos imemoriais, a exaustão dos recursos e a deterioração do ambiente condicionavam os Enawenê-Nawê a migrarem para uma nova aldeia, em atendimento também aos desejos dos espíritos que não gostam de ver uma aldeia velha e suja. A inserção de estruturas e fornecimento de bens e serviços que "fixam" os EN dificultam a mobilidade, uma vez que o receio de perder os benefícios que foram conquistados, após muitas lutas com o governo (federal, estadual, municipal), pesa sobre a decisão de se deslocar.

"Hoje não muda mais, já tem permanência da estrada, do posto de saúde, da escola... E aí, o que nós vamos fazer? Como vamos conseguir recurso para a escola? Para poço e caixa d'água? Muito difícil..." (TIEN_07).

Sendo uma das nossas perguntas iniciais: "Se eles teriam intenção de ficar neste local por muito tempo, ainda?", questionamento que foi pensado desta maneira tendo em vista o compromisso e a responsabilidade que eles assumem sobre as ações práticas perante os espíritos, além de considerar que o saneamento, ou seja, as estruturas a serem construídas constituem-se um desafio por ser trabalhado, pois se inserem em estruturas que podem fixá-los no local.

Pelos Enawenê-Nawê a palavra, ou seja, a "fala" tem uma força que os compromete às ações que se não são cumpridas, pode prejudicar a saúde e o equilíbrio da comunidade. Na entrevista o chefe (TIEN_06) nos explicou que se é relatado que algo será feito os espíritos cobram e, se não for desempenhado, podem ocorrer mortes em um ano dentro da comunidade.

2.6.3 Abastecimento de Água

Consideramos pertinente que, antes de abordar as questões relativas ao abastecimento de água, seria importante apresentar o mito de criação da água dos Enawenê-Nawê, para assim compreender, de fato, a representação de compartilhamento e disponibilidade hídrica que esse povo possui acerca deste recurso. Para eles, os rios surgiram da queda de uma grande árvore, suas raízes originaram todos os rios existentes. Depois deste acontecimento, houve seca e fome porque o passarinho Tolumalixi Mainhalixi escondeu toda a água dentro de uma flauta. O pica-pau, a mando do herói Wadare, saiu em busca de água. Ao pesquisar em todos os lugares, ele se deparou com a flauta. Ao bater nela, percebeu que saiu um pouco de água de dentro dela. Ele voltou e disse para a anta: "- Tem água!". "- Tem que quebrar a flauta!". Juntos eles foram até o local e quebraram a flauta, liberando, assim, toda água dentro dela e restabelecendo o fluxo dos rios.

Atualmente, os rios sofreram grandes modificações em suas dinâmicas, seja pela quantidade de PCH's construídas ao longo de seu curso, seja pela poluição advinda das monoculturas de soja, milho e cana de açúcar, que aplicam agrotóxicos (tanto por via aérea, quanto pelo solo).

Um agravante a este cenário é que o rio Iquê está aparentemente contaminado, porque nos períodos de chuvas os dejetos são carregados para o seu leito. Ademais, suas nascentes, como vimos em nossa ida à Vilhena, estão no meio da monocultura de soja, onde o uso indiscriminado de agrotóxicos facilmente contamina as águas superficiais. Apesar de os Enawenê serem bastante conscientes desses problemas, eles continuam a tomar banho e nadar em suas águas. Em decorrência dos banhos, foi observado diversos resíduos relacionados à higiene descartados na beira dos mananciais, como: embalagens de sabonete e creme dental, sabonetes e embalagens de produtos para cabelo.

Todos estes fatores fizeram com que as condições das águas se deteriorassem e apontava para a necessidade de mudança do abastecimento tradicional e construção de um sistema que fornecesse água tratada a comunidade. Além disso, o fornecimento de água próximo à maloca era desejado pelas mulheres, responsáveis pela captação de água com galões nos três mananciais em torno da aldeia.

Assim, os Enawenê-Nawê, por meio do Conselho Local, pressionaram o DSEI para que construísse as estruturas de abastecimento de água. Em meados de 2015, foi implementado o primeiro sistema, por meio do bombeamento d'água de riachos menores até dois reservatórios elevados, contando com filtração seguida de cloração. Também foram instalados chuveiros e torneiras nos fundos de cada maloca, ilustrados pela Figura 28.

Figura 28 – Mulher Enawenê banhando na torneira instalada nos fundos da maloca



Fonte: Tirada por Ualiterê. Acervo do PNSR, 2018.

Essa solução, porém, foi rapidamente abandonada porque as diarreias continuaram a se manifestar em período de chuvas, além dos frequentes banhos no local de captação e problemas nas bombas. Dessa forma, em outubro de 2017, foi perfurado um poço tubular, aproveitando-se a estrutura de

reservação, tratamento e distribuição implantada anteriormente. Tal estrutura pode ser visualizada pela Figura 29.

Figura 29 – Sistema de Abastecimento de Água



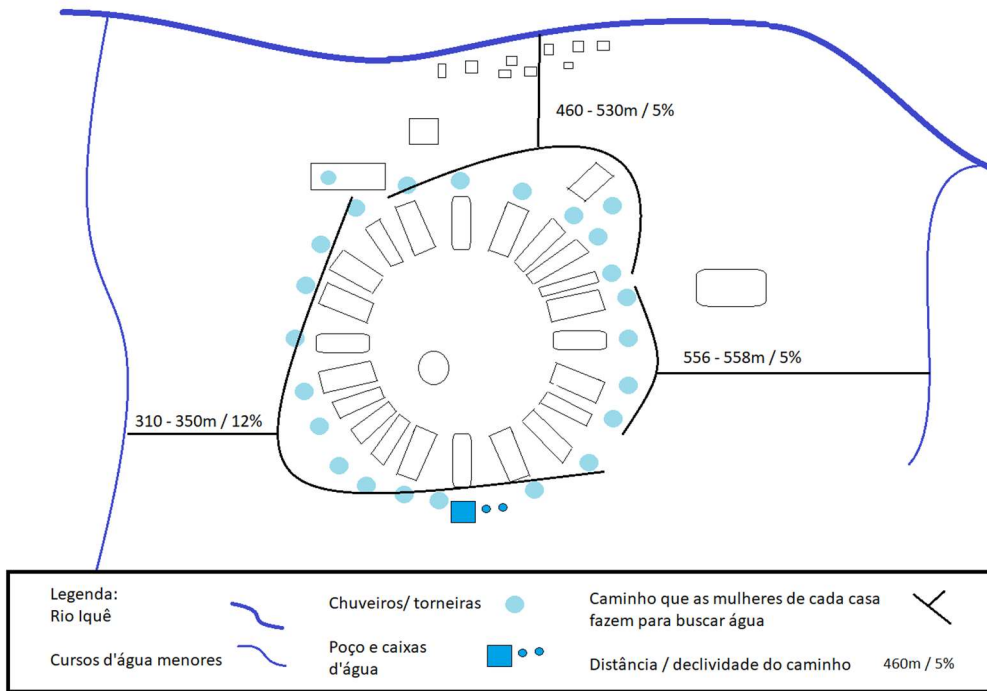
Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Contudo, a distribuição de água não é perene. A bomba é ligada uma vez por dia - devido ao repasse insuficiente de diesel pelo distrito -, até o enchimento das duas caixas d'água, cada uma com 10 mil litros. O registro que distribui água para a aldeia é aberto apenas duas vezes por dia, de 8:00h às 11:30h e de 14h às 16:30h, em decorrência do desperdício de água pelas crianças que brincam com as torneiras. Além da falta de costume e conhecimento, por parte da comunidade, sobre o uso controlado da água.

O uso intermitente das bombas condiciona as mulheres a continuarem a buscar água para banho, produção alimentar e limpeza das panelas, nos mananciais que cercam a aldeia. O manancial é escolhido de acordo com a sua proximidade com a maloca. Essa tarefa é realizada exclusivamente pelas mulheres, inclusive, por crianças, gestantes, deficiente física/mental. A qualidade da água, em alguns casos, foi relacionada à cor, à turbidez e ao tamanho do corpo d'água, sendo preferencialmente utilizada a água do poço para o preparo da *chicha* por algumas famílias.

Esse trabalho já foi outrora mais extenuante para as mulheres. A implantação de um sistema que leva a água, mesmo que de forma intermitente, até os fundos de cada maloca contribuiu para a diminuição dos deslocamentos aos cursos d'água e do volume diário transportado (Figura 30). A produção de *chicha* determina a quantidade de água para consumo, sendo carregados em torno de 80/100 litros por dia. Ademais, a água, que atualmente é transportada em galões de plástico, era levada do rio até as malocas em panelas de barro e cabaças, que quebravam mais facilmente, demandavam mais "viagens" por serem de menor volume, e eram mais difíceis de serem carregadas.

Figura 30 – Distância e deslocamentos das mulheres em relação aos cursos d’água



Fonte: Croquis produzido pelos autores. 2018.

No momento da captação de água, as mulheres afastam os sólidos grosseiros e em suspensão e, então, enchem os galões, em seguida, carregam-nos na cabeça (Figura 31). O volume carregado é de 20/40 litros e as crianças entre 10/15 litros. A quantidade de água buscada por dia varia de acordo com a necessidade de produção de *chicha*, com o horário de ligação da bomba e com a quantidade de mulheres na família.

Figura 31 – Mulheres transportando água com galões na cabeça



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Atualmente, há 26 chuveiros e 28 torneiras em funcionamento. Entretanto, essas instalações não atendem à demanda de consumo das famílias, uma vez que as estruturas não foram adequadas ao número de famílias de cada maloca. Em consequência disso, há reclamações, disputas e brigas pelo uso do chuveiro e das torneiras. A organização do grupo residencial também intensificou esse conflito, pois a família residente nos fundos das malocas tomava posse do chuveiro por sua maior proximidade, enquanto a família que reside na entrada da maloca buscava ser dona do ponto d'água por ter maior prestígio social.

Há acúmulo de água nos locais que foram instalados os chuveiros e torneiras. Em alguns observamos intervenções individuais para realizar o escoamento da água (Figura 32). Dentro das malocas não foi visualizado o empoçamento de água da produção da *chicha* ou lavagem das panelas. Diante da reclamação das mulheres, em algumas casas foram implantados canos que levam as águas servidas para valas ou para áreas externas às malocas.

Figura 32 – Escoamento de água do chuveiro e torneira



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Apesar dos benefícios da construção dos chuveiros e torneiras próximos à maloca terem reduzido o peso do transporte de água, a construção dessa estrutura também reduziu a socialização entre as mulheres, através da conversa e interação que ocorre com os grupos de mulheres das outras malocas no momento do banho no rio.

Tanto a limpeza de vasilhames quanto das poucas roupas é realizada nos chuveiros e torneiras nos fundos de cada maloca, no horário que o AISAN abre o registro (Figura 33). Dessa forma, percebe-se que o uso e gestão da água é função das mulheres, que acabam sendo as mais afetadas quando há interrupção do abastecimento, seja por falta de combustível, rompimento da correia do motor ou outro evento que cause a paralisação.

Figura 33 – Mulher Enawenê carregando bacia com roupas lavadas no fundo da casa



Fonte: Tirada por Ualiterê. Acervo do PNSR, 2018.

O AISAN é responsável pela operação e manutenção do sistema de abastecimento de água. As suas funções são: ligar e desligar a bomba; abastecer de diesel e óleo o motor, verificar a pressão do sistema; clorar a água e ligar os registros para a distribuição. Tais tarefas são dificultadas pela falta de financiamento necessário para a operação do sistema (acionamento de diesel e ausência de pastilhas de cloro), quanto pela insuficiência de materiais adequados para operação do sistema e limpeza das caixas d'água (Figura 34).

Figura 34 – Reservatório de água elevado sem local de apoio



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Quanto ao uso do cloro, o AISAN relata que não há unanimidade sobre sua aceitabilidade, narrando que há pessoas que não se importam com o cheiro e outras não. Tais fatores não afetam o uso da água fornecida, uma vez que as pastilhas de cloro distribuídas têm durabilidade de 10 dias. Após esse período, o sistema é operado sem cloração.

Não menos importante é a gratificação salarial que, segundo o AISAN, é insuficiente diante dos gastos que possui com seus nove filhos. Ele recebe R\$ 1.300 por essas e outras funções (coleta e queima de lixo e acionamento do motor do posto de saúde). Para a comunidade a remuneração desse profissional o associa a todas as demandas sanitárias, delegando a ele a responsabilidade da manutenção do sistema de abastecimento de água, além da coleta, disposição e queima dos resíduos.

Na reunião, os chefes clânicos atribuem e delegam a responsabilidade das ações e manutenção às entidades públicas. Para solucionar esse impasse, a coordenadora do polo base aponta que é preciso o processo de construção diária com os EN para que seja incorporada a responsabilidade sobre a estrutura construída.

A desvinculação do abastecimento de água tradicional, no caso de quebra, evidencia a importância da manutenção (chuveiros/registros/chão concretado). Essa situação abre um novo cenário em termos de mudança do abastecimento de água tradicional, pois estando desvinculados dos comportamentos tradicionais, sem financiamento suficiente, suporte material e educacional adequados, eles estão em uma caótica transição.

É insuficiente o número de pessoas para obter resultados satisfatórios em termos educacionais de saúde e saneamento. Não basta o acesso à água limpa, se os meninos (os mais expostos às verminoses, genéricas diarreias) continuam sob risco de contaminação oral. Ou seja, eles fazem cocô e vomitam onde brincam, pegam comida no chão, e, em um ciclo vicioso, que não pode ser alterado somente pelo uso de remédios e água não contaminada.

2.6.4 Manejo de Águas Pluviais

Uma vez que visitamos Halataikwa no verão, já prevíamos que a chuva (takwana) fosse um evento quase diário durante a nossa estadia, e assim foi. Presenciamos os mais diversos tipos de chuvas: algumas eram repentinas, rápidas e passageiras, bem fracas, nem demandavam o esforço de tirar as roupas do varal ou a mandioca do pátio. Outras, eram fortes e obrigavam quase todos a se recolherem para dentro de suas casas, onde o preciso entrelaçamento das folhas de buriti faz com que as goteiras sejam raridade. Estas, também dominam o campo simbólico dos Enawenê, que ao observarem os raios e relâmpagos que se aproximavam na paisagem, nos avisavam que os espíritos estavam bravos.

Ademais, a chuva está presente em alguns mitos, como o que se segue relatado por TIEN_06:

“O urubu ficou zangado com os homens, já que eles não estavam matando animais grandes e deixando os restos para o ele se alimentar. Assim, ele voou o mais alto que pôde, acima das nuvens, e urinou por sobre os homens. Estes, ao verem a precipitação, se esconderam em suas casas para não se molharem. O que os homens não sabiam, é que se houvessem se banhado com a urina do urubu, seriam jovens para sempre”.

O escoamento da água pluvial, entretanto, não nos pareceu habitar o campo das representações dos Enawenê-Nawê. Todavia, o manejo dessa água afeta, mesmo que inconscientemente, o dia-a-dia desse povo.

As aldeias Enawenê-Nawê são construídas em locais planos, o que, teoricamente, favoreceria o empoçamento das águas pluviais. Porém, vimos raras poças, nunca no pátio central da aldeia, mas sim, no fundo ou entre as casas. Essa situação é, entretanto, agravada pela ação antrópica, tendo em vista que os empoçamentos se concentram em pontos em que foram cavados buracos para a queima de resíduos, ou onde passou o trator que limpa o mato da aldeia. Além disso, o descarte da água utilizada para o preparo dos alimentos também se dá nessa área, contribuindo para a saturação do solo nesses pontos.

Apesar de aparentemente plano, há um suave desnível no pátio da aldeia, que direciona a água pluvial para linhas de escoamento preferencial, onde há cerca de 30 metros de algumas casas, a erosão em sulcos do solo já é presente. Essas erosões também se tornam um problema para o sistema de abastecimento de água, pois expõem alguns encanamentos, que ficam suscetíveis à quebra. Nesses pontos, a reposição do solo transportado pela erosão se torna mais uma função delegada ao AISAN (Figura 35).

Figura 35 – AISAN realizando o cobrimento do cano de abastecimento exposto.



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

À medida em que se aproxima dos cursos d'água, o relevo se torna mais íngreme, aumentando a velocidade de escoamento da água pluvial e, conseqüentemente, a erosão. Os sulcos resultantes desse processo são semelhantes a ravinas, e se combinam com as trilhas que ligam a Aldeia aos cursos d'água (Figura 36). Apesar de esteticamente impactantes, essas erosões não parecem incomodar os moradores de Halataikwa, talvez porque ainda não ameacem a integridade de nenhuma construção, mas é um cenário que pode ocorrer no futuro, caso não sejam contidas.

Figura 36 – Erosões na entrada da aldeia



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Eventos de chuva também afetam o acesso à Halataikwa. Tanto a estrada Juína-Vilhena, quanto a estrada de acesso à Aldeia, são de terra e se deterioram durante qualquer precipitação mais intensa. São frequentes os empoçamentos e alguns automóveis podem atolar, afetando qualquer serviço que chegue à aldeia por via terrestre.

A sazonalidade parece não afetar o uso da água, mesmo em um escopo de cheias e diminuição do seu volume. Por exemplo, em eventos de cheia, as construções ribeirinhas utilizadas de dispensa são estrutura que não são afetadas, enquanto em períodos de seca não falta água.

2.7 REFLEXÕES FINAIS

Tirar conclusões, imaginando um modo de viver melhor, em específico para a comunidade Enawenê-Nawê, é como subir sobre um pico ou uma árvore majestosa e de lá olhar o panorama que se estende aos nossos pés. Para desenhar um plano, uma proposta, uma reflexão é de fato necessário olhar o território com um pouco de distanciamento, tentando decifrar os sinais que nos mostram os pontos fortes da armadura territorial e aqueles que denunciam os pontos críticos (como as construções necessárias, as áreas em via de transformação, abandono de resíduos etc.) e aqueles outros elementos de ruptura e perturbação no contexto da paisagem aos quais não conseguimos atribuir uma função positiva. O objetivo deste plano deve, portanto, ser o de valorizar, de um lado, os elementos positivos do território, e do outro, de agir sobre os elementos negativos, requalificando-os ou direcionando a transformação inevitável a situações de maior valor. Em outras palavras, imaginar um ambiente melhor e mais rico de oportunidades, começando por uma avaliação concreta dos recursos disponíveis. Este exercício é complexo também porque até não muito tempo atrás os sinais deixados pelo mundo (globalização) e pelos confinantes não indígenas nunca foram, nem mesmo remotamente, comparáveis aos de hoje.

Quando o famoso antropólogo Lévi-Strauss visitou o Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, em ocasião de um de seus últimos aniversários, o primeiro disse que não se considerava mais entre os vivos. Não se referia somente à idade avançada ou ao seu enfraquecimento, mas também ao fato de que o mundo ao qual ele tinha dedicado o trabalho de toda a vida era quase extinto. As populações "primitivas", que haviam sido o centro de seu mundo, praticamente tinham sido incorporadas, por bem ou por mal, aos expedientes dos Estados, aos mercados e aos sistemas monetários de produção e troca.

O velho mapa que delineava um mundo formado por ilhas culturais terminou, segundo Lévi-Strauss, embora muitas populações vivam ainda segundo modalidades únicas, seguindo suas próprias tradições, como é o caso dos Enawenê. No entanto, navegar pelo mundo de hoje com mapas semelhantes é muito difícil. *Le mond est trop plein* (o mundo está repleto) ainda teve a dizer o grande antropólogo, referindo-se ao fato de que o mundo está abarrotado de pessoas, de seus projetos, de produtos materiais, de atividades. Dito nas palavras de Thomas Hylland Eriksen (2016), o mundo está *superaquecido*. Tudo isso é a evidente consequência da atual era geológica, definida por vários estudiosos (LATOIR, 2014), como Antropoceno, no qual o aumento das atividades humanas (avanços tecnológicos, aumentos demográficos, consumo etc.) é exponencial e tem entre as expressões mais impressionantes, o extraordinário crescimento de resíduos, do lixo, da poluição e escórias várias etc. A área de Enawenê não foi dispensada deste *superaquecimento*. No seu interno encontram-se em todos os lados vestígios dessas mudanças.

Uma tarefa importante desta nova geração de planos de desenvolvimento será, portanto, aquela de avaliar a conveniência entre modelos de desenvolvimento, em que rever o mapa significará envolver os vários atores de escala (populações indígenas, fazendeiros, camponeses e outros), em um projeto (até então insolúvel dilema da nossa época) que concilie crescimento econômico e sustentabilidade ecológica.

Evocar um crescimento econômico contínuo tem várias implicações. Todavia, o crescimento constante é impossível. Os conceitos do iluminismo industrial, quais progresso e desenvolvimento, são difíceis de defender e, sobretudo de sustentar, certamente mais do que não fosse há uma geração atrás. Não se poderá, por exemplo, prescindir de reconsiderar após o intensificar-se das explorações territoriais monoculturais, a relação entre os Enawenê-Nawê e os cursos d'água. Demasiadamente o conceito de desenvolvimento local foi tomado apenas em relação ao uso do solo (zoneamento) e, então, na verdade, como o consumo de território, modalidade que é totalmente antitética ao próprio conceito de desenvolvimento. Ocorre neste ponto inverter o modo de raciocinar e começar a colocar os humanos em primeiro lugar. A questão que as novas formas de planejar deverão responder não é sobre que forma terá ou como usaremos o território, mas de que coisas viverão os Enawenê, que trabalho farão e quais recursos deixarão para aqueles que virão depois deles, quais modos de viver deverão inventar. Não existe uma só e simples resposta sobre a qual poderia ser uma alternativa viável para uma sociedade que parece estar blindada em um percurso destinado a terminar em colapso. No momento não há sequer acordo sobre como formular a questão. Para dar passos adiante, será necessária grande imaginação. Não existe uma abordagem válida para todos. Como destacou a economista Elinor Ostrom (1990), celebre por ter mostrado que as comunidades são capazes de gerir os recursos de forma sustentável, não tem razão para tomar por certo que o que funciona em um

lugar, podemos dizer no Acre, deva funcionar também no Mato Grosso. Cada lugar está conectado a todos os outros lugares, mas permanece não obstante distinto e único. Certamente, o regime ideológico predominantemente em voga, aquele neoliberal, definido por David Harvey, se concebido na sua totalidade, não é a solução:

"O neoliberalismo é uma teoria das práticas de política econômica segundo a qual o bem-estar do ser humano pode ser perseguido melhor liberando os recursos e as capacidades empresariais do indivíduo ao interno de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é aquele de criar e preservar uma estrutura institucional adequada a essas práticas (HARVEY, 2005)".

Incentivar indiscriminadamente a mercantilização e a desregulamentação dos mercados, na maioria dos casos, leva apenas ao colapso da natureza na cultura. Ao invés de apresentar a última como aquilo que coloca todo o resto em risco, a natureza é representada como uma entidade hostil e ao mesmo tempo frágil e ameaçada, que requer a atenção de seres humanos atentos e conscientes de suas responsabilidades.

Os Enawenê, sob esse aspecto, têm vivido, por longo tempo, com responsabilidade. Os seus modelos epistemológicos, cognitivos e comportamentais têm se contrastado diretamente às aspirações de curto prazo da mentalidade especulativa e à conseqüente disposição generalizada de destruição e submissão das estruturas sociais e simbólicas. Eles mais que nós, sabem ouvir através de rituais e linguagens esotéricas a natureza (Figura 37).

Figura 37 – Ritual do Yãnkwa



Fonte: Acervo do PNSR, 2018.

Mas estes são *les neiges d'antan* (as coisas do passado). Agora, mais que um anseio à pesquisa de pureza e de limites definidos, devemos aceitar a impureza, a mistura, a presença de mundos e universos culturais em conflito, que mudam a velocidade diversas e que raramente conseguem se sincronizar, mesmo com eles mesmos. A oportunidade oferecida pela implementação de estruturas sanitárias adequadas pode ser, contudo, uma oportunidade para reunir índios, proprietários de terras, agricultores e outros atores, para se falarem, por exemplo, sobre interesses comuns no longo prazo, na luta contra as alterações climáticas, contra a injustiça social, sobre a disponibilidade de tecnologias capazes de facilitar a vida de todos. As culturas não estão se tornando idênticas, mas, forçosamente, deverão desenvolver, através de formas nunca antes vistas, nós de contato, pontos de convergência, áreas cinzentas de negociação, referências comuns e leituras compartilhadas do mundo. Esta é uma das principais modalidades de expansão dos mundos cognitivos e compreender que as barreiras culturais estão longe de serem absolutas, significa deixar definitivamente para trás o mundo de Lévi-Strauss, formado por diferenças culturais radicais e culturas claramente separadas. Se assim fosse, resultados concretos sobre a segurança e sobre a qualidade de vida não demorariam a se fazer ouvir.



2.8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *Alta tensão na floresta: os Enawenê-Nawê e o complexo hidrelétrico Juruena*. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Indigenismo. Cuiabá, 2010.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CLIFFORD, J. *The Predicament of Culture*. Harvard University Press, 1988.

CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*; tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009

ERIKSEN, T. *Overheating. An Anthropology of Accelerated Change*. Pluto Press, 2016.

HARVEY, D. *A Short History of Neoliberalism*. Oxford University Press. 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Terras indígenas no Brasil Terra Indígena Enawenê Nawê*. Disponível em: < https://terrasindigenas.org.br/terras-indigenas/3793?id_arp=3793 >. Acesso em: 23/01/2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil: Enawenê- Nawê*. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/Enawenê-Nawê/481> >. Acesso em: 23/01/2018.

JAKUBASZKO, A. *Imagens da alteridade: um estudo da experiência histórica dos Enawenê-Nawê*. Dissertação apresentada ao Curso de Ciências Sociais (Antropologia) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

LATOUR, B. *Anthropology at the Time of the Anthropocene - a personal view of what is to be studied*. Distinguished lecture American Association of Anthropologists. Washington, 2014.

MILLS, A et al., *Encyclopedia of Case Study Research*. Sage, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI). *Diretrizes para Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano em aldeias Indígenas – DMQA*. Brasília, 2014.

OLIVEIRA, A. U. *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência*. Iãnde Editorial. São Paulo, 2016.

OPAN . *A OPAN e a saúde indígena: registros de uma experiência em política pública executada por um órgão indigenista não governamental no estado de MT*. In: Operação Amazônia Nativa (OPAN). Controle social na saúde indígena: a experiência da OPAN em Brasnorte, MT. Cuiabá, 2013.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Ambridge University Press. 1990

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Imago. Rio de Janeiro, 1977 [1965].

SANJEK, R. *Fieldnotes, The Making of Anthropology*, Cornell University Press, 1990.

SANJEK, R., *The Ethnographic Presente*, "Man", 26, 4, pp. 609-28, 1991.

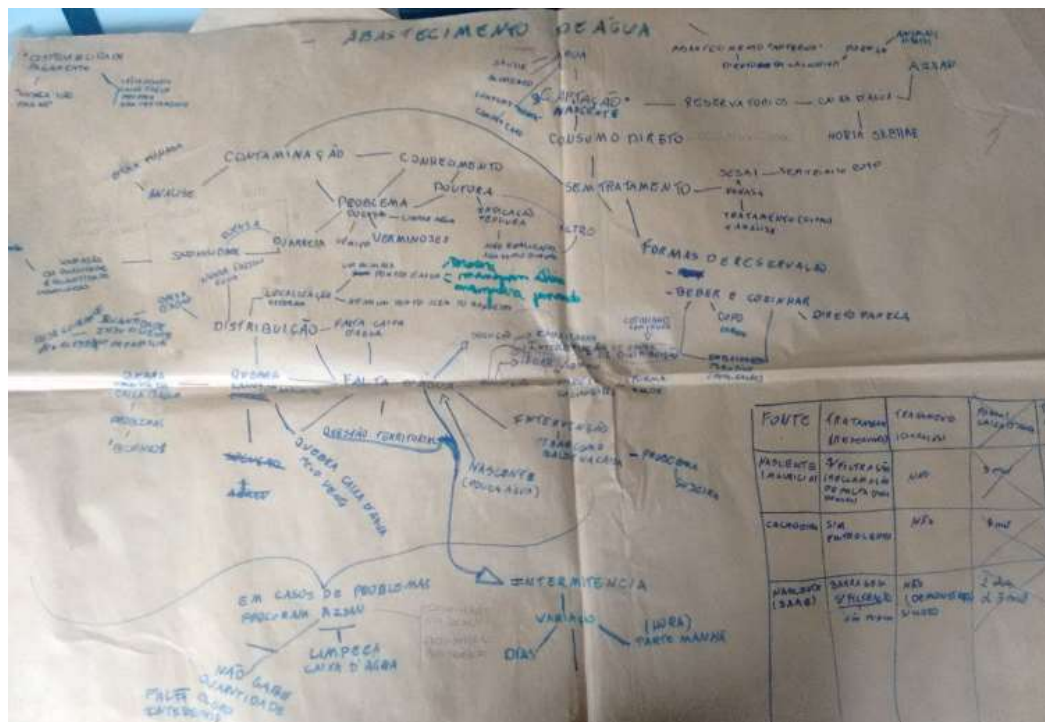
SANTOS, G. *Seara de homens e deuses: uma etnografia dos modos de subsistência dos Enawenê-Nawê*. Dissertação Unicamp. Campinas, 2001.

WEISS, M. C. *Contato Interétnico, Perfil Saúde-Doença e Modelos de Intervenção Mínima: O Caso Enawenê-Nawê em Mato Grosso*. Tese de doutoramento defendida pelo Núcleo de Ecologia, Saúde e Populações Indígenas da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1998.

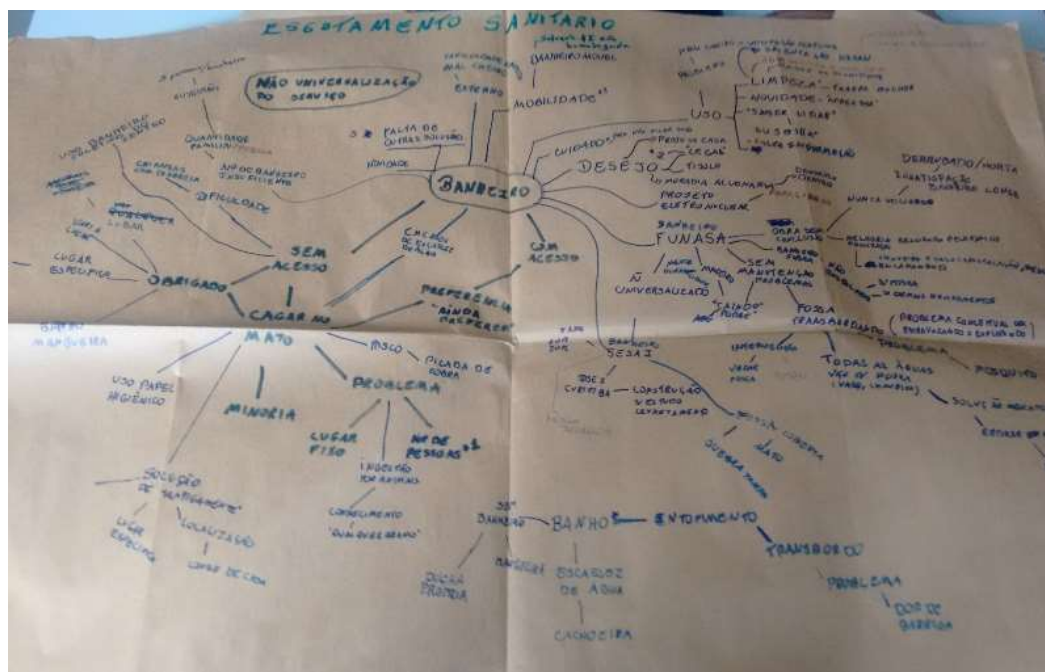
3. APÊNDICE A – ESQUEMAS CONCEITUAIS DOS COMPONENTES DO SANEAMENTO

Figura 38 – Esquema conceitual dos componentes do saneamento

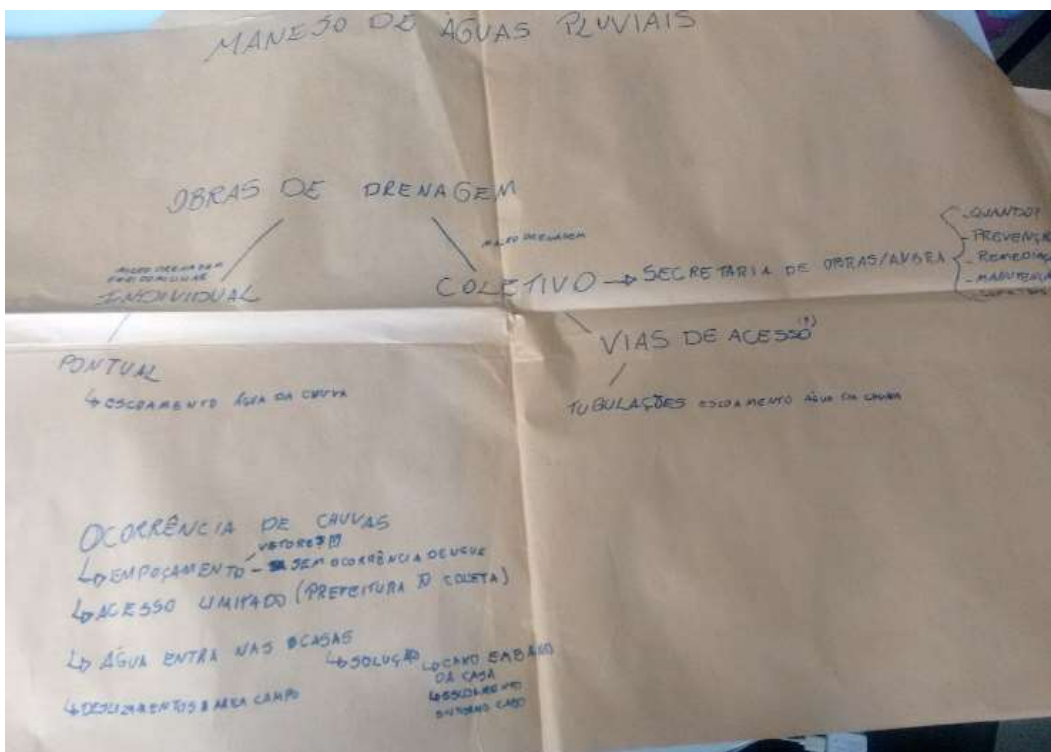
a) Abastecimento de água



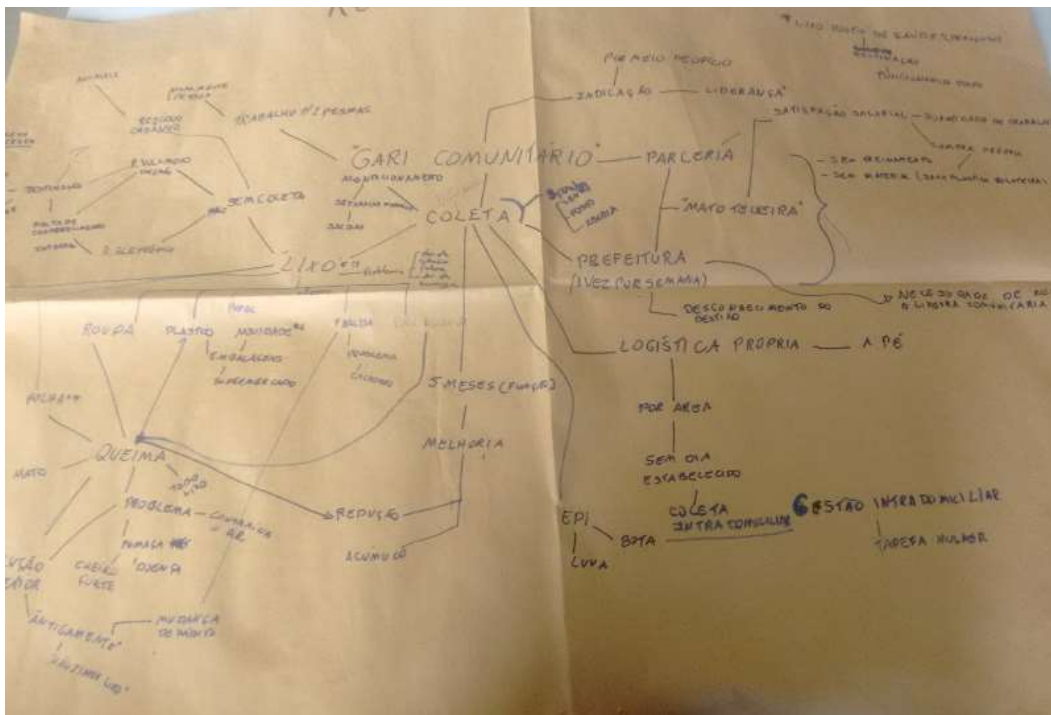
b) Esgotamento Sanitário



c) Resíduos Sólidos



d) Manejo de Águas Pluvias.



4. APÊNDICE B – QUESTÕES NORTEADORAS

Abastecimento de Água

Questões norteadoras	Conceitos de sensibilização
O que é água? Qual explicação de origem da água? Quais devem ser os cuidados com esse recurso?	Interpretação e percepção do recurso na lógica cultural desse povo
Por que não bebem água "in natura"? Qual a exposição representativa para o hidromel? Água misturada com mandioca e milho	Representação das fontes de água
Há diferenças entre as fontes de água - Igarapé, rios, lagos? (Há hierarquização? Narrativas sobre a explicação hierarquização) dessa	
Tentativa de compreensão das diferenças sobre as fontes de água, por meio das narrativas sobre quantidade, qualidade, tipos de tratamento, riscos (simbolismo vinculado a cada fonte de água, sobre pureza, limpo, sujo). Quais os tipos de uso segundo a classificação?	
Como é o acesso a água para consumo? Sempre foi assim (quais as mudanças ao longo dos anos?) Há algum ponto de água próximo ao local de moradia? Existência e formas de armazenamento.	O território como influenciador do acesso à água (distribuição espacial)
Acesso e distância, qualidade, quantidade de explorar essas informações	
Identificar existência de escassez de água e atitude tomadas em tal situação	Aproveitamento de captação pluvial
Identificar o(s) responsável(is) pelo abastecimento e suas atividades	A implantação e adoção de tecnologias incorporada às cosmologias dos povos
A construção do poço foi iniciativa de quem? Seguiu alguma recomendação, foi precedido de planejamento e diagnóstico? Houve diálogo e consulta aos EM antes da construção?	
Foi construído por quem? Por qual motivo? (Demanda da população ou apenas execução de projeto) Quem realiza a manutenção dessa estrutura? Há problemas, necessidades de melhorias? Quais?	Características estruturais e operacionais do sistema
Identificar as evoluções que ocorreram no sistema de abastecimento ao longo do tempo e os motivos que a causaram a adoção de cada solução?	A atuação ainda é exercida com caráter de tutela?
O que querem? O que não gostam (ou gostam) da atual solução? Quais melhorias ou tecnologias sugerem?	Respeito aos aspectos culturais e a interculturalidade das ações executadas
Identificar a disposição em assumir a gestão do sistema	
Identificar a atuação governamental e de outros atores sociais que interagem com a aldeia (OPAN/FUNAL/DSEI/PREFEITURAS)	Atuação externa (governamental privada, ONGs, outras entidades)



Esgotamento Sanitário

Questões norteadoras	Conceitos de sensibilização
Qual local usam para realizar as necessidades? Há diferença sobre o local para realização da defecação e da urina? Quais os cuidados com o ambiente (físico e simbólico)?	Representações sobre o que consideram sujo
Há parâmetros naturais ou espirituais para a escolha do local de defecação?	Uso diferenciado dos espaços
Há diferenças de local de acordo com o sexo da pessoa? As mulheres vão juntas e em locais específicos e diferentes dos homens? Há maior restrição? Em casos de reclusão (menarca) como fazem?	cosmovisão e defecação
Os seres espirituais defecam (celestes e subterrâneos)? Há diferenças entre eles?	
Por que eles enterram as fezes? Investigar as explicações e representações sobre motivo	
O que é doença? O que o contato com os dejetos pode oferecer à saúde? (narrativa sobre risco, contaminação, sujo, perigo, o que é dejetos?)	Distanciamento dos dejetos
Identificar risco de contaminação das águas e animais	
Foi construído por quem? E por qual motivo? Quem realiza a manutenção dessa estrutura? (destino da limpeza das fossas) Há problemas, necessidades de melhorias? Quais?	Características estruturais e operacionais do sistema. A atuação ainda é exercida com caráter de tutela?
Identificar a evolução da forma de esgotamento e seus motivos	-
Como é realizado o manejo de água de cozinha, lavagem de roupa e chuveiro? Há diferenças? Quais?	Diferentes usos e destinos da água tratada e residual
O que querem? O que não gostam (ou gostam) da atual solução? Quais melhorias ou tecnologia sugerem?	Identificar o respeito os aspectos culturais e a interculturalidade das ações executadas
Refletir sobre o impacto nas unidades sociais (castas) da estrutura sanitária. Há interesse de obtenção do banheiro? Investigar os motivos desse interesse - influência da equipe de saúde? Influência do contato com centros urbanos da região? Por ser considerado prestígio de alguma casta por adquirir uma estrutura da sociedade envolvente? Pelo elevado número de pessoas que a aldeia agora tem?	Interpretações sobre o banheiro
Identificar a atuação governamental e de outros atores sociais que interagem com a aldeia	Atuação externa (governamental, privada, ONGs, outras entidades)



Manejo Resíduos Sólidos

Questões norteadoras	Conceitos de sensibilização
1. o que é lixo/resíduo descartado? Quais objetos são descartados pela população? Verificar a classificação entre os resíduos (quais critérios são usados para a classificação, descarte e manejo de cada resíduo?) 2. Esse resíduo afeta/prejudica a relação com o ambiente (físico e simbólico)	Representações sobre o que consideram lixo
Existem resíduos que oferecem risco à saúde? (narrativa sobre risco, contaminação, sujo, perigo)	
Observar o empocamento de água geração de vetores (malária, mosquitos, ratos)	Representações sobre o ambiente
Observar a existência de certos grupos de animais domésticos (suínos, caprinos, bovinos, galináceos, equinos...) circulando livremente	
Houve mudanças no padrão de consumo e consequente geração de resíduos? Se sim, como lidam essa nova geração de resíduos?	Padrão de consumo
Pensar no consumo e manejo no âmbito individual e coletivo.	
Como é feita disposição dos resíduos (atentar aos riscos à saúde associados a cada prática adotada).	Caracterização da solução adotada
Existe coleta de resíduos? Foi implantada quando e por quem?	
A responsabilidade da gestão é atribuída a quem? (Identificar a percepção da gestão de resíduos pelos moradores)	Responsabilidade das tarefas
Identificar a atuação governamental e de outros atores sociais que interagem com a aldeia	Atuação externa (governamental, privada, ONGs, outras entidades)
Observar a localização e identificar o tipo de indústrias ou quaisquer outras atividades econômicas que lancem seus resíduos ou efluentes sem tratamento em corpo receptor hídrico ou diretamente sobre o solo; a existência de maus odores ou emanações gasosas, fuligem ou poeira.	Influências de atividades externas no contexto natural da população

Manejo de águas Pluviais

Questões norteadoras	Conceitos de sensibilização
Observar a existência de estruturas de drenagem	Existência de estruturas de drenagem
As estruturas foram construídas por quem? Foi construída como prevenção ou remediação?	
Avaliar as representações, discursos e ações da comunidade relacionados as construções existentes.	Representações sobre o risco
Identificar áreas de risco	
Observar os comportamentos e discursos da comunidade em relação as áreas de risco (em relação as áreas de riscos que os pesquisadores identificam e as que os moradores identificam).	
Verificar ocorrência e intensidade das inundações, observar a microdrenagem (problemas e impactos em períodos de chuva)	
Em qual momento a chuva é apontada como um problema em casos de inundações ou deslizamentos? E quando prejudicam o acesso à comunidade?	Representações a cerca da chuva
Há o uso da água da chuva? É realizada a sua captação? Existem estrutura (telhado, cisternas, tambores) para a reservação da água chuva? Foram construídos por quem?	
O empoçamento de água gera vetores? (malária, mosquitos, ratos)	Representação sobre o ambiente
Observar a existência de certos grupos de animais domésticos (suínos, caprinos, bovinos, galináceos, equinos...) circulando livremente	
Identificar a atuação governamental e de outros atores sociais que interam com a aldeia	Atuação externa (governamental, privada, ONGs, outras entidades)
Observar atividades potencialmente degradantes, tais como: queimadas, mineração, indústria de cimento...	Influências de atividades externas no contexto natural da população



Organização e autoria

Guarani de Bracui, Angra dos Reis – Rio de Janeiro

Bruno Guerra de Moura von Sperling

Jéssica Ayra Alves Silva

Lina Maria Correa Mendes

Rafaela Dias Lopes

Enawenê Nawê, Mato Grosso

Bruno Guerra de Moura von Sperling

Jéssica Ayra Alves Silva

Oscar Torreta

PROGRAMA NACIONAL
DE SANEAMENTO RURAL

PNSR

SÉRIE MEMÓRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL



30



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL